

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Imposto do consumo	3
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Pauta econômica é o desafio para o governo no Congresso	5
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Reforma tributária volta à berlinda	8
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Com alta da Selic, bancos querem teto de juros maior no consignado - COLUNA BROADCAST	10
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Governo se prepara para combater a judicialização da Previdência	12
G1 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Governo quer encerrar saque-aniversário e usar multa de 40% do FGTS como garantia no consignado	13
PORTAL UOL - SAÚDE SEGURIDADE SOCIAL DPOC: aposentadorias precoces custam R\$ 566,7 milhões em 10 anos no Brasil	15
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA Galípolo será sabatinado hoje para assumir BC	16
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Segundo teste para Galípolo	18
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE REFORMA TRIBUTÁRIA Segundo teste para Gabriel Galípolo no Senado Federal antes de presidir BC (BANCO CENTRAL)	20
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Senado vota hoje indicação de Galípolo para presidir o BC	23
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária volta à berlinda após governo retirar da urgência (CONGRESSO)	25
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma Tributária: novo sistema automático deve reduzir sonegação em R\$ 150 bi por ano, estima Fazenda	28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Trump elevará déficit duas vezes mais que Kamala.....	30
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Governo avalia isenção do IR a quem ganha até 5 mil.....	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Nova lei de combustíveis.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - SUMMIT ESG 2024 ECONOMIA Biodiesel evitará a emissão de 320 milhões de toneladas de CO2.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - SUMMIT ESG 2024 ECONOMIA Descarbonização pode gerar mais de 6 milhões de vagas.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Sob efeito do clima, IGP-DI tem maior alta em mais de dois anos.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Brasileiros lideram preocupação com finanças pessoais e rumos da economia.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Exterior pressiona e dólar sobe a R\$ 5,48.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Mercado de trabalho no foco.....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Fed levará juro a 3% não em 2025, mas em 2027, diz Clarida.....	40
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL ECONOMIA Eleições no Brasil rendem R\$187 milhões em apostas - CLÁUDIO HUMBERTO.....	42

Imposto do consumo

THAÍS BARCELLOS *thais.barcdlos@bsb.oglobo.com.br*
BRASILIA

A automatização do pagamento de **tributos** deve reduzir a sonegação de **impostos** sobre o consumo em R\$ 150 bilhões por ano, segundo estimativas do Ministério da Fazenda. Essa é uma das ferramentas previstas pelo governo na **Reforma Tributária** para reduzir a alíquota que é cobrada de cada contribuinte atualmente.

O texto principal de regulamentação da reforma está parado desde que chegou ao Senado, em meados de agosto. Com o fim do "recesso branco" por causa das eleições municipais e a retirada de urgência do projeto pelo governo, a expectativa é que agora tenha início a tramitação formal do texto na Casa.

Segundo Daniel Loria, um dos principais assessores de Bernard Appy na Secretaria Especial de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, a perda de arrecadação com sonegação, fraude ou inadimplência é calculada atualmente em torno de R\$ 250 bilhões todos os anos. Por isso, diz Loria, o novo sistema operacional para a cobrança de **impostos** é o "coração" da reforma e uma "ferramenta poderosa" para enfrentar esse problema.

Na prática, quem paga os **impostos** em dia terá um alívio na alíquota cobrada com a recuperação pelo governo de parte da arrecadação perdida com sonegação, inadimplência ou fraude. Só a automatização deve ser responsável por uma queda de três pontos percentuais do imposto criado com a reforma que passará a valer a partir de 2026.

ALÍQUOTA MENOR

O governo previu inicialmente alíquota de 26,5% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), parte estadual e municipal do novo tributo, e para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o braço federal. Mas o número subiu para 28% após mudanças feitas no projeto de regulamentação pela Câmara, como a inclusão de carnes na cesta básica.

- A arrecadação não aumenta, é estável, essa arrecadação não é da União, é do povo brasileiro, que vai pagar uma alíquota menor. Não vai ter aumento de arrecadação- disse Loria ao GLOBO. -Vamos pegar esse dinheiro que o governo não arrecada e democratizar para toda a sociedade. Antes, era o sonegador que não pagava, quem tinha o benefício

(fiscal) não pagava. A reforma vai possibilitar uma alíquota mais baixa para todo mundo, com a mesma carga tributária -explicou, acrescentando que o fim dos benefícios fiscais do ICMS produzirão o mesmo efeito.

A automatização do processo envolve a apuração dos **impostos** em tempo real pela administração tributária e o chamado split payment, sistema que vai permitir o recolhimento dos **tributos** ao Fisco no momento do pagamento do bem ou serviço. Além disso, a apuração será consolidada, com um único cadastro por empresa para todo o país. Hoje, é necessário um registro para cada estado ou município em que a empresa está instalada.

Dentro da administração pública, já está em andamento o desenvolvimento de partes do sistema pela União, estados e municípios. Para colocá-lo de pé, primeiro é necessário vincular as informações tributárias contidas nas notas fiscais eletrônicas ao sistema da **Receita Federal** e do Comitê Gestor do IBS.

Atualmente, ao fim de cada mês, a empresa, em geral, tem de enviar uma declaração ao Fisco informando qual é o imposto devido, com base nas vendas realizadas e no crédito tributário que tem direito. A ideia é que o Fisco já tenha essa informação no momento da emissão da nota e, com o split payment, receba o valor a que tem direito quando o pagamento for realizado.

Na semana passada, foi criado um grupo de trabalho com participantes do governo e do setor privado para discutir o desenvolvimento do novo sistema operacional. Ainda não foram escolhidas as associações do setor privado que vão montar o sistema junto com o governo, mas Loria afirma que já houve alguns avanços em conversas informais com os meios de pagamento (que vão operar o sistema) e as empresas de tecnologia.

Idealmente, a separação dos **tributos** e do valor do produto em si, enviado ao vendedor, será automática. Para isso, é necessário que a tecnologia permita que os bancos e demais instituições de pagamento consigam se comunicar com o Fisco em tempo real para verificar se a empresa tem créditos fiscais para abater.

Deve ser mais fácil começar com uma comunicação off-li-ne entre os sistemas de pagamento e a administração tributária. Nesse caso, o banco vai reter

todo imposto devido, conforme a nota fiscal, e enviar para a administração tributária. Em seguida, o Fisco vai verificar se a empresa tem créditos e, se for o caso, devolver parte do valor em até três dias úteis para o vendedor.

Há ainda a modalidade, que deve ser usada pelos varejistas, em que será possível fixar uma alíquota média de retenção mensal e fazer o encontro de contas no fim de cada período.

Ainda está em aberto quem vai pagar a conta pelo desenvolvimento e gestão do sistema. O texto aprovado na Câmara diz que União e o Comitê Gestor do IBS deverão aprovar orçamento para desenvolvimento, operação e manutenção do split payment.

DIFICULDADES

Loria diz que não está descartado copiar a implementação do Pix, que é obrigatório para as maiores instituições financeiras e gratuito para pessoas físicas. Recentemente, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, contou que o custo anual para manter o Pix é de US\$ 10 milhões.

-O split vai requerer mais desenvolvimento. Mesmo assim, seria tão positivo para a sociedade, que é um custo-benefício que vale a pena para o governo. E uma questão que está em aberto se o banco vai ser remunerado ou não.

Loria afirma que as empresas de pagamento também ficam receosas de o split incentivar a fuga de contribuintes de pagamentos eletrônicos para o dinheiro, já que será impossível a sonegação no modelo de arrecadação em tempo real.

Outra resistência vem das empresas, preocupadas com o fluxo de caixa. A Associação Brasileira de Empresas Abertas (Abrasca) defende que o split só seja obrigatório quando houver um sistema de abatimento de créditos tributários em tempo real.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pauta econômica é o desafio para o governo no Congresso

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Fernando Exman De Brasília

Concluído o primeiro turno das eleições municipais, o governo federal tem agora o desafio de dar novo impulso à pauta econômica no Congresso. Além da regulamentação da **reforma tributária** e da aprovação da indicação de Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central (BC), aguardam apreciação um conjunto de medidas que elevarão as receitas em R\$ 36,9 bilhões em 2025. Em outra frente, há a expectativa de que o Executivo envie uma proposta que elevará a R\$ 5 mil o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e uma primeira medida de ajuste estrutural do orçamento pelo lado das despesas.

Isso, contudo, dependerá da avaliação do ambiente político que os articuladores do governo farão nos próximos dias: os partidos de centro e direita, além do chamado Centrão, saíram fortalecidos do pleito municipal e podem tornar mais custosas as negociações com o Palácio do Planalto.

O primeiro teste já será nesta terça-feira (8), com a sabatina de Galípolo. Ele tem dialogado com senadores e, segundo fontes, já conta com "ampla maioria" para sua aprovação.

Em outra frente, o Valor apurou que, para cumprir a promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de isentar assalariados de menor renda, a equipe econômica está agora às voltas com dois desafios: diminuir o impacto da medida sobre a arrecadação e encontrar formas de compensação.

Para reduzir perdas acentuadas de receita, uma possibilidade em estudo é não estender os efeitos do novo limite para os contribuintes com renda superior a R\$ 5 mil. A ideia é focalizar a renúncia nas pessoas com menor rendimento.

Dessa forma, a expectativa é evitar a renúncia, estimada por analistas privados em pelo menos R\$ 50 bilhões, para algo como R\$ 35 bilhões a R\$ 40 bilhões ao ano, segundo fonte a par dos estudos.

A determinação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é encontrar formas para compensar essa perda. Ele quer encaminhar ao Congresso uma

proposta de reforma do IRPF que seja neutra do ponto de vista fiscal.

Especialistas em contas públicas veem dificuldade com o encaixe dessa proposta no Orçamento. "Uma medida concreta de compensação deveria ser apresentada antes de qualquer coisa, acompanhada do cálculo da **Receita Federal** para o custo completo e detalhado. A situação fiscal está longe de ser um mar de rosas", comentou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Já está no plano de voo da equipe econômica que a reforma do IRPF é uma discussão a ser travada em 2025, para que possa vigorar em 2026. A proposta ainda está em elaboração. A conveniência política é que determinará se será encaminhada ao Congresso ainda este ano.

Da mesma forma, o ambiente no Congresso determinará se será possível discutir, ainda em 2024, alguma reforma estrutural no Orçamento pelo lado dos gastos. As opiniões na área econômica estão divididas.

"A regulamentação da reforma neste ano é um gesto importante" Alexandre Padilha

Por um lado, o envio da proposta reforçaria o compromisso com o arcabouço fiscal e indicaria que essa frente do ajuste seria intensificada ao longo de 2025. Por outro, há quem avalie que a divulgação de uma proposta este ano só serviria para deixá-la "apanhando", pois dificilmente seria votada até o fim de dezembro.

No plano mais imediato, a equipe econômica deve centrar esforços para aprovar o Projeto de Lei (PL) 3.394/24, que eleva o Imposto de Renda cobrado nas distribuições de Juro sobre o Capital Próprio (JCP) e um aumento temporário das alíquotas da CSLL. A primeira mudança trará receitas de R\$ 6 bilhões em 2025, ao passo que a segunda reforçará o caixa em R\$ 14,93 bilhões.

A medida desagrade ao setor empresarial, que promete pressionar contra. Além disso, deverá enfrentar dificuldades em um Congresso cada vez mais refratário a aprovar medidas que elevam receitas.

O governo não será surpreendido se houver dificuldades em relação à alta da CSLL. Avalia-se que o aumento da tributação no JCP será menos difícil.

Na semana passada, o governo editou duas medidas provisórias (MPs) que alteram a CSLL. O objetivo não é arrecadatório, mas uma delas proporcionará receitas adicionais de R\$ 16 bilhões em 2025.

A MP 1.261/24 prorrogou por um ano e alongou o prazo para instituições financeiras deduzirem perdas decorrentes de inadimplência da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa jurídica (IRPJ) e da CSLL. O adiamento proporcionará um reforço na arrecadação do ano que vem.

O governo também propôs, por meio da MP 1.262/24, a criação de uma taxa mínima de 15% nas grandes empresas multinacionais, que será cobrado na forma de um adicional da CSLL. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 3,4 bilhões em 2026 e R\$ 7,2 bilhões em 2027. Essa MP inicia a aproximação do Brasil com uma regra de taxa mínima global das empresas multinacionais, chamada Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária (GloBE), em discussão no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Parte dos ganhos de arrecadação obtidos com as duas MPs poderão ser usados para compensar perdas que poderão ocorrer em outras mudanças que estão em estudo. A mudança no IRPF, porém, não está entre elas.

O Ministério da Fazenda pretende enviar ao Congresso ainda este ano a reforma do Imposto de Renda incidente sobre aplicações financeiras.

Será preciso também encontrar uma solução para o encerramento, previsto para o final deste ano, do crédito presumido e da consolidação global aplicados sobre os ganhos das multinacionais brasileiras dentro das regras da Tributação de Bases Universais (TBU). A avaliação no governo é que as empresas poderão ser bastante penalizadas.

Há, além disso, dúvidas quanto à compatibilização entre a taxa mínima das múltis e a TBU, aponta a tributarista Ana Lúcia Marra, sócia do escritório Machado Associados.

"Há um momento bastante oportuno para que as regras de tributação brasileiras em bases universais sejam revistas com vistas a garantir que a combinação dessas regras com as Regras GloBE não resulte em uma carga tributária maior para os grupos multinacionais de origem brasileira ou de origem estrangeira que tenham entidade no Brasil que atue

como investidora em entidades em outros países", comentou.

O plano é também apresentar ao Legislativo uma proposta para taxar as "big techs". As discussões em torno dessa proposta, porém, estão em um estágio mais atrasado, comparado ao dos demais projetos. Assim, não é certo que seguirá ainda em 2024 para já produzir efeitos arrecadatórios no próximo ano.

Ainda no campo tributário, o governo espera aprovar este ano o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que regula o funcionamento dos novos **tributos** sobre o consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

"Quero reforçar que o governo está otimista com a possibilidade de concluir a votação da tributária este ano", disse na segunda-feira (7) o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT). "A aprovação [da regulamentação da **reforma tributária**] neste ano é um gesto importante." Ele informou que o governo deve se reunir esta semana com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), cotado para ser relator da matéria.

Na sexta-feira (4), o governo retirou o pedido de tramitação dessa proposta em regime de urgência. A expectativa é que Braga apresente nos próximos dias seu plano de trabalho, que deverá prever votação até o início de dezembro.

A Fazenda espera também obter avanços em sua agenda microeconômica, que se encontra majoritariamente na Câmara dos Deputados. Segundo um integrante da pasta, essas são boas opções para a Casa avançar nas votações sem entrar em temas polêmicos.

Uma das medidas de maior impacto desse conjunto é a que atualiza a legislação do setor de seguros.

Entre os temas polêmicos na agenda da Câmara está o projeto de lei complementar que regulamenta o que são devedores contumazes da Receita. São aqueles que fazem da sonegação de **tributos** um elemento de seu modelo de negócios. A ideia é impedir seu funcionamento.

Após mudanças acordadas com a **Receita Federal**, as grandes empresas brasileiras estão de acordo com o projeto. No entanto, o texto enfrenta resistência de grupos que se beneficiam da sonegação, supostamente ligados ao crime organizado.

(Colaborou Renan Trujfi)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188007?page=16§ion=1>

Reforma tributária volta à berlinda

»»**RAFAELA GONÇALVES**

As demandas setoriais são um desafio para a tramitação da regulamentação da **reforma tributária** no Congresso Nacional. Representantes de diversos setores da economia reivindicam ao Senado Federal mudanças no texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Essa parte do projeto é a responsável por definir isenções e reduções de alíquotas, assim como o novo Imposto Seletivo (IS), tributação extra destinada aos itens considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Legislativo, na última sexta-feira, o pedido de retirada de urgência do projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**. O projeto estava trancando a pauta do Senado desde 23 de setembro e impedia, inclusive, a votação da indicação de Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central, para a presidência da autoridade monetária.

Agora, a proposta deve passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que abre maior espaço para alterações no texto. Líderes partidários já sinalizaram que vão buscar por mudanças na matéria.

A retirada da urgência do texto vinha sendo cobrada por líderes partidários desde julho, quando o projeto foi aprovado pela Câmara.

O argumento é de que a proposta precisa de tempo para ser discutida na Casa. Ao Correio, o senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador do grupo de trabalho de regulamentação da tributária no Senado, afirmou que foi uma "decisão acertada" e destacou que é preciso "analisar distorções" que passaram pelos deputados.

"Não faz sentido um projeto dessa magnitude tramitar em regime de urgência, são mais de 1.300 emendas. A maioria dos senadores não está conseguindo entender de verdade o que será votado está dependendo das assessorias", afirmou. O parlamentar encaminhou um requerimento para que a proposta seja avaliada pela CAE, antes de ter o mérito analisado na CCJ. "O encaminhamento pede apoio para que haja um debate oficial. O grupo de trabalho traz uma discussão mais informal, esse é mais um

motivo para que passe também pela CAE", disse.

Nesta semana, com a retomada das atividades presenciais após as eleições, a CAE já tem duas audiências marcadas para tratar do projeto, ambas sobre o impacto do novo Imposto Seletivo.

Entre as demandas setoriais estão a inclusão de pequenos produtores rurais organizados em cooperativas como não-contribuintes, a inclusão do setor de home care em um regime diferenciado, a isenção de **tributos** para o setor de **previdência complementar** e a adoção de um regime tributário único para todos os meios eletrônicos de pagamento, por exemplo.

Simples Nacional Um dos pontos sensíveis na regulamentação da **reforma tributária** é como ficará o Simples Nacional.

Existe uma preocupação sobre o impacto das novas regras sobre as micro e pequenas empresas, que perderão competitividade com as mudanças que estão por vir. Isso acontecerá porque essa categoria de empresas deixará de gerar créditos tributários.

O projeto permite que contribuintes do regime de tributação do Simples, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, ou Microempreendedores Individuais (MEIs), optem por continuar no modelo antigo ou recolher a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), **tributos** introduzidos pelo novo regime com incidências federal e regional, respectivamente.

Hoje, o sistema tributário desse segmento permite a geração de créditos tributários para quem revende produtos fabricados por microempresas. Isso significa que se uma pequena empresa paga, supostamente, 10% de **impostos**, gera ao comprador de seus produtos 10% de créditos tributários, que são usados para abater os **impostos** devidos ao governo federal.

Com a reforma, as pequenas empresas vão deixar de gerar crédito, perdendo uma moeda importante, enquanto as grandes continuarão gerando e seguindo bem mais atrativas para negócios. "Na prática, a redação (do texto) coloca o pequeno empresário entre a cruz e a espada", enfatizou o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), José César da Costa.

Exceções Especialistas alertam para o impacto do

aumento do número de exceções no novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que irá unificar diversos **impostos**.

Recentemente, a equipe econômica divulgou que a taxa geral deve ficar próxima de 28%, justamente por conta das exceções.

Em nota técnica ao analisar a atual da regulamentação da **reforma tributária**, o Centro de Liderança Pública (CLP) concluiu que a criação de exceções e alíquotas diferenciadas para o IVA traz mais custos e prejuízos do que a determinação de uma alíquota única. O levantamento considerou os dados do Ministério da Fazenda que apontou que, entre os fatores que devem deixar tributação chegar a esse patamar, estão a inclusão de carnes e queijos na cesta básica, que agora são isentos de **impostos**, elevando a alíquota em 0,7 ponto percentual; e a redução das alíquotas para o setor imobiliário, que contribuiu para um aumento adicional de quase 0,3 ponto percentual.

"As isenções ou alíquotas diferenciais na taxa de IVA para setores ou produtos específicos, além de complicar o sistema tributário, exigem uma alíquota-base mais alta para compensar perdas de receita. Algumas estimativas apontam que uma alíquota única do IBS e CBS (ou seja, todos produtos e setores pagando o mesmo imposto) seria em torno de 22%, ou seja, 6 pontos percentuais abaixo da atual alíquota base", apontou o documento.

Sobre as carnes, em especial, a organização aponta que a isenção pode beneficiar desproporcionalmente os mais ricos. "Carnes, especialmente cortes mais caros e produtos de maior valor agregado, são frequentemente consumidos em maior proporção por indivíduos de classes socioeconômicas mais altas. A isenção das alíquotas de consumo, portanto, pode beneficiar desproporcionalmente os mais ricos, que têm maior capacidade de consumo desses produtos", disse, em nota, o CLP.

"Na prática, a redação (do texto) coloca o pequeno empresário entre a cruz e a espada" José César da Costa, Presidente da CNDL

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/6494/08-10-2024.html?all=1>

Com alta da Selic, bancos querem teto de juros maior no consignado - COLUNA BROADCAST

**MATHEUS PIOVESANA, CYNTHIA DECLOEDT E
ALTAMIRO SILVA JUNIOR/ CRISTIANE BARBIERI
(edição)**

A alta da taxa Selic reacendeu o debate dos bancos com o governo sobre o teto de juros cobrado nos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**. Dessa vez, porém, a discussão vem com mais força e as instituições financeiras cobram nos bastidores uma elevação. Até aqui, o corte no teto vinha acontecendo sob o argumento da queda na taxa básica de juros. Fontes do setor afirmam que a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), as duas principais entidades de representação do setor financeiro, discutem como encaminhar ao governo federal uma demanda que é sensível politicamente: aumentar o teto de juros seria impopular com esse público. No último ano, o governo promoveu oito cortes no juro do teto do consignado, todos questionados pelas instituições financeiras. Até aqui, o corte no teto vinha acontecendo sob o argumento da queda na Selic.

Tema esbarra em questões políticas

Para fontes, o Ministério da Previdência, que determina as regras do consignado, não tem disposição política para elevar o teto. Por outro lado, os bancos consideram que a repercussão negativa de um pedido público sobre o tema poderia prejudicar o debate. Procuradas, Febraban e ABBC não se manifestaram.

Bancos veem risco de oferta nas linhas

Segundo fontes, se o spread (diferença entre os juros cobrados pelos bancos em empréstimos e as taxas que pagam para captar recursos de clientes ou do mercado) encolher demais, os bancos sairiam gradativamente da linha. "Aí, o governo vai dar um tiro no pé", afirma um executivo do setor.

NA VITRINE

Governo já promoveu oito cortes no juro máximo cobrado no crédito consignado do **INSS** e tem baixa

disposição para aceitar uma alta

I **LÁ LONGE**. "Desde o início foi levado ao governo que o correto seria ajustar com base na taxa futura de dois anos, já que esse é o prazo médio desse empréstimo.

Não é possível estabelecer a taxa de juro do empréstimo baseado na Selic, porque o juro futuro pode estar maior ou menor", disse outra fonte.

I **MENOR**. A margem dos bancos que fazem empréstimo consignado está em torno de 1,5% e, de acordo com outro interlocutor, isso já está reduzindo a oferta do produto, especialmente entre os clientes mais velhos, dado o risco de inadimplência em decorrência de morte. Outra saída tem sido a redução da oferta por meio dos correspondentes bancários, para os quais os bancos têm de pagar comissões.

Em algumas instituições, a oferta do consignado do **INSS** já caiu até 15%.

I **HISTÓRICO**. O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) fez oito cortes no teto desde o ano passado, levando a taxa máxima de 2,14% ao mês para 1,66%, sob o argumento de que a queda da Selic permitia reduzir os juros. Segundo os bancos, a melhor referência são os juros futuros de dois anos, que é o prazo médio dos empréstimos.

I **INFRAESTRUTURA**. O grupo espanhol Acciona negocia um empréstimo verde e sustentável de US\$ 600 milhões com a International Finance Corporation (IFC), o braço de financiamento do Banco Mundial.

Do total, US\$ 414 milhões serão usados para financiar a construção da linha 6-Laranja do metrô de São Paulo, que vai ligar os bairros de Brasilândia, na zona norte, à estação São Joaquim, no centro.

Esses recursos vão financiar ainda três projetos de transmissão de energia no Peru.

I **CATADINHO**. Do empréstimo, que ainda precisa ser aprovado pelo comando do IFC em Washington, o braço financeiro do Banco Mundial deve colocar US\$

250 milhões. Os US\$ 350 milhões restantes deverão vir de um grupo de bancos e investidores internacionais, que o IFC vai ajudar a mobilizar, de acordo com um documento oficial.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

I FRENTE. O empréstimo terá prazo de sete anos e será ligado a metas de sustentabilidade.

Em uma delas, de cunho social, está o acesso à energia em zonas rurais em países emergentes. Do total captado, US\$ 186 milhões vão bancar projetos sustentáveis de infraestrutura em locais a serem definidos. No mês passado, a Acciona Águas do Brasil arrematou o lote 2 do leilão de parcerias público-privadas (PPP) para serviços da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

I ROLETA. Entre as 79 empresas da B3 com selo de sustentáveis, apenas 10, ou 12% do total, contam com seguro contra riscos ambientais, segundo levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). Entre as 69 sem o seguro, apenas duas não têm exposição a riscos ambientais.

I O QUE É. O seguro ambiental cobre prejuízos das empresas diante de danos que suas operações causem ao meio ambiente e conta pontos para que as companhias entrem no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa.

SOBE

Crescem casos no juizado da Micro e Pequena Empresa

O Juizado Especial Cível da Micro e Pequena Empresa segue recebendo mais processos com intuito de agilizar as chamadas "pequenas causas" e, sempre que possível, buscar um acordo entre as partes. Do primeiro para o segundo trimestre de 2024, os casos passaram de 781 para 1.372, um aumento de 75,67%. Entre julho e setembro, o número continuou crescendo, chegando a 1.439, leve acréscimo de 4,88% sobre os três meses anteriores.

DESCE

Varejo ainda sofre com o peso dos juros na Bolsa

Com exceção do GPA, as ações do varejo tiveram um dia negativo na Bolsa ontem. Os papéis do Carrefour Brasil (-5,27%), Lojas Renner (- 2,82%) e Assaí (-2,87%) figuraram entre os maiores tombos do Ibovespa. Sem fatos no radar, Hugo Queiroz, sócio da L4 Capital, diz que essas empresas são penalizadas pela deterioração recente no cenário macroeconômico e têm acumulado quedas na Bolsa desde a mudança na trajetória da Selic.

Governo se prepara para combater a judicialização da Previdência

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirma que o Brasil não pode continuar convivendo com uma judicialização crescente da **Previdência Social**. Ele antecipa à Folha de S.Paulo que o governo elabora medidas para uma reforma estrutural com o objetivo de reduzir as despesas com precatórios, dívidas resultantes de uma ação judicial para a qual não cabe mais recurso.

Segundo Ceron, as medidas poderão ter impacto já em 2027. "Para o orçamento de 2027, podemos ter já efeitos de medidas importantes de redução de litigância. Até mesmo com mecanismos de acordos antes do trânsito em julgado, antes da geração desses grandes passivos", diz.

A partir de 2027, todas as despesas de precatórios terão que entrar no limite de gastos e considerados para verificação da meta fiscal, segundo acordo celebrado entre o governo com o STF (Supremo Tribunal Federal). Hoje, uma parcela dos precatórios é paga dentro das regras fiscais e outra fica de fora. Em 2025, a conta de precatórios vai superar R\$ 100 bilhões.

A necessidade de administrar a inclusão dessas despesas crescentes no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) de 2027 é fator de pressão sobre o arcabouço fiscal. Se o governo não propor uma saída logo para os precatórios, especialistas em contas públicas consideram que há risco de acontecer a mesma coisa do que ocorreu em 2022, no governo Bolsonaro, durante as eleições presidenciais.

Naquele ano, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou uma proposta de orçamento de 2023 repleta de cortes de despesas de programas importantes, como o Farmácia Popular, para compensar o aumento das despesas obrigatórias. Os cortes acabaram sendo tema de campanha de Lula, adversário de Jair Bolsonaro na eleição. "Temos uma judicialização crescente, gigantesca. Precisamos encontrar um caminho para sair. Temos também judicialização excessiva de programas sociais, como, por exemplo, o BPC [Benefício de Prestação Continuada] por conta de redações legislativas", ressalta

O secretário afirma que a judicialização é decorrente de falhas ou possíveis dúvidas em regramentos

estabelecidos. Ele defende uma pacificação com harmonização das regras.

Ceron informa que as soluções em análise envolvem o aprofundamento dos instrumentos de acordo antes que haja a decisão definitiva das ações no Judiciário. De acordo com ele, a AGU (Advocacia-Geral da Fazenda Nacional) já vem fazendo um trabalho nessa direção. "Aprofundar isso reduz muito o passivo. Temos que ir [combater] para a causa", sugere.

O auxiliar do ministro Fernando Haddad (Fazenda) ressalta que houve o repasse de benefícios previdenciários, o que levou uma parte da população a recorrer ao Judiciário. Mas pondera que, para além disso, se observa um crescimento dos RPVs (Requisição de Pequeno Valor) que precisa ser fechado.

Ceron defendeu um debate franco com o Judiciário para pacificar uma solução. "Para a gente chegar, em 2027, a um debate muito mais previsível e estrutural, sem artifícios, sem aquele tipo de solução que não resolva estruturalmente essa dinâmica. Não posso ir além disso [revelar]. Mas tem condições de reduzir o volume de precatórios", diz.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2951#book/>

Governo quer encerrar saque-aniversário e usar multa de 40% do FGTS como garantia no consignado

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

O governo pretende enviar ainda neste ano ao Legislativo uma proposta para acabar com o **saque aniversário** do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e para alterar as regras do empréstimo consignado (com desconto nas folhas de pagamento) ao setor privado, incluindo o uso da multa rescisória de 40% dos trabalhadores como garantia.

A expectativa, segundo o ministro interino do Trabalho, Francisco Macena, é que o consignado ao setor privado, com contratação facilitada e mais garantias, substitua a linha de crédito que os bancos ofertam atualmente na antecipação do **saque aniversário** do **FGTS** - que o Ministério do Trabalho quer extinguir.

Essa linha de crédito, com a cobrança de juros pelos bancos, é usada quando os trabalhadores buscam antecipar as parcelas do **saque aniversário** dos próximos anos, dando como garantia o valor a que têm direito anualmente.

Eu não acredito que seja medida impopular [o fim do **saque aniversário**], porque nós estamos dando uma outra alternativa [empréstimo consignado]. A ideia é que o consignado possa substituir, a taxa similares, a alienação do **saque aniversário**, disse Francisco Macena, do Ministério do Trabalho, ao g1 na última semana.

Para ter validade, a proposta, que ainda não foi formalmente apresentada, precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional.

O governo trabalha para que essa modalidade esteja disponível aos trabalhadores no primeiro semestre do ano que vem.

Pela projeto do governo, os empregados da iniciativa privada poderão comprometer até 35% de sua remuneração bruta mensal, o que inclui benefícios, abonos e comissões, com o novo modelo de consignado.

O **FGTS** é direito de toda pessoa com contrato de trabalho formal, trabalhadores domésticos, rurais,

temporários, intermitentes, avulsos, safreiros e atletas profissionais. Trata-se de um valor de 8% do salário que é depositado pelo empregador, mensalmente, em nome do funcionário.

O saque do **FGTS** é permitido em situações específicas estabelecidas por lei, como demissão por justa causa, compra da casa própria e doença grave do trabalhador ou de seu dependente. Quem optou pelo **saque aniversário**, tem regras diferentes.

>> Veja a diferença entre o **saque aniversário** e saque rescisão do **FGTS** ao fim dessa reportagem

Mais garantias

O ministro interino do Trabalho explicou que a estratégia do governo para baixar a taxa de juros do consignado ao setor privado é ampliar as garantias, que passarão a englobar a multa rescisória de 40% do **FGTS** nas demissões sem justa causa, e, também, uma parte dos recursos que o empregado tem no fundo (percentual ainda não definido). Ou seja, no caso de demissão, os trabalhadores deixariam de receber esses recursos para pagar os empréstimos.

Se a multa rescisória e parte dos recursos do **FGTS** ainda não forem suficientes para cobrir o valor do empréstimo contraído nos bancos, a parte que falta ficará em suspenso até o trabalhador encontrar um novo emprego, e voltará a ser cobrada posteriormente em prestações mensais. É a chamada portabilidade do consignado, sobre a qual incidirá juros e correção monetária.

Com essas mudanças, Francisco Macena informou que o governo espera reduzir a taxa de juros para um patamar próximo ao valor cobrado dos aposentados e **servidores públicos** no consignado.

Veja a taxa média de juros cobrada no crédito consignado em agosto, segundo dados do Banco Central:

Servidores públicos: 1,73% ao mês, ou 22,8% ao ano; Aposentados do **INSS:** 1,64% ao mês, ou 21,5% ao ano; Trabalhadores do setor privado: 2,73% ao mês,

ou 38,1% ao ano

Facilidade de contratação

Pela proposta do governo, os empréstimos consignados ao setor privado poderão ser feitos pelos trabalhadores diretamente na carteira de trabalho digital, sem a necessidade que existe atualmente de os empregadores fecharem acordos com as instituições financeiras.

Nós vamos ofertar o crédito [dos bancos] pela carteira digital. Nós temos hoje 68 milhões de carteiras ativas, porque, de alguma forma, interage com o Ministério Trabalho, onde a gente de a gente fornece é informações do seguro-desemprego, do abono, declarou o ministro interino do Trabalho, Francisco Macena.

De acordo com ele, várias instituições financeiras poderão fazer ofertas de empréstimos aos trabalhadores, informando a taxa de juros, dentro plataforma da carteira de trabalho digital. Com isso, será possível comparar as propostas e escolher a mais vantajosa.

Não é um leilão reverso porque não tem repique, é uma única oferta. Porque senão ficaria uma negociação interminável, disse Macena.

Caberá ao empregador separar mensalmente o valor do empréstimo do salário dos trabalhadores e enviar os recursos para a Caixa Econômica Federal, responsável por fazer o repasse aos bancos.

Alcance

Dados do Ministério do Trabalho apontam que cerca de 27 milhões de trabalhadores optam, atualmente, por contratar a linha de crédito de antecipação do **saque aniversário** do **FGTS** nos bancos, deixando com as instituições financeiras a maior parte dos empréstimos por conta do pagamento de juros.

Francisco Macena, do Ministério do Trabalho, lembrou que o **FGTS** é uma fonte de recursos para obras em infraestrutura, saneamento básico, mobilidade urbana e habitação. Se o **saque aniversário** for mantido, afirmou ele, há uma estimativa de que o fundo perca R\$ 200 bilhões até 2030, afetando esses investimentos.

Com a mudança das regras do consignado ao setor privado, o governo espera que os empréstimos estejam disponíveis para quase 70 milhões de pessoas registradas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), abrangendo celetistas, autônomos e, também, pela primeira vez,

empregados domésticos.

A projeção do Ministério do Trabalho é de que o saldo de empréstimos ao setor privado, por meio do consignado, salte dos atuais R\$ 40 bilhões (valor de agosto) para, ao menos, R\$ 200 bilhões no médio prazo (em até cinco anos). Com isso, o valor ficaria mais próximo do estoque de empréstimos aos aposentados (R\$ 270 bilhões) e aos **servidores públicos** (R\$ 362 bilhões).

Procurada pelo g1, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou não ter uma estimativa sobre quanto a modalidade poderia atingir em empréstimos, mas acrescentou que o produto tem grande potencial para estimular os bancos a ofertarem essa linha.

Saque aniversário, antecipação e saque rescisão; entenda

A Caixa Econômica Federal informa, em seu site, que há duas modalidades de saque do **FGTS**, o saque rescisão, considerada padrão, e o **saque aniversário**, que é uma opção aos trabalhadores.

Saque-Rescisão - sistemática na qual o trabalhador, quando demitido sem justa causa, tem direito ao saque integral da conta do **FGTS**, incluindo a multa rescisória, quando devida. Trata-se da modalidade padrão em que o trabalhador ingressa no **FGTS-Saque-Aniversário** - sistemática opcional onde anualmente, no mês de aniversário, o trabalhador pode sacar parte do seu saldo de **FGTS**. Caso o trabalhador seja demitido, poderá sacar apenas o valor referente à multa rescisória e não poderá sacar o valor integral da conta.

Segundo o banco, o trabalhador que optar pelo **Saque-Aniversário** do **FGTS** pode, por meio do aplicativo do **FGTS**, solicitar o retorno à modalidade Saque-Rescisão, desde que não haja operação de antecipação contratada. No entanto, a mudança só terá efeito a partir do primeiro dia do 25º mês após a data da solicitação de retorno, ou seja, após dois anos.

Caso queiram, os optantes do **saque aniversário** podem antecipar as parcelas dos próximos anos, dando como garantia o valor a que têm direito anualmente. Para isso, buscam a contratação da operação de crédito nos bancos, que cobram juros.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/08/governo-quer-encerrar-saque-aniversario-e-usar-multa-de-40percent-do-fgts-como-garantia-no-consignado.ghtml>

DPOC: aposentadorias precoces custam R\$ 566,7 milhões em 10 anos no Brasil

*De VivaBem, em São Paulo**

Aposentadorias precoces devido à DPOC (doença pulmonar obstrutiva crônica) custaram mais de R\$ 566,7 milhões no Brasil entre 2014 e 2023, mostra estudo inédito.

A pesquisa usa dados do **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**) e será divulgada no 41º Congresso Brasileiro de Pneumologia e Tisiologia, 17º Congresso Brasileiro de Endoscopia Respiratória e 13º Congresso Luso-Brasileiro de Pneumologia, que começa hoje (8) e vai até sábado (12), em Florianópolis (SC).

Dados mostram que beneficiários têm entre 40 e 65 anos. A pesquisa avaliou todos os benefícios concedidos pelo **INSS** em razão da DPOC, quarta maior causa de mortalidade no Brasil.

Aposentadorias precoces correspondem a 77,5% dos casos de inatividade pela doença. Perda total de produtividade chega a mais de 298 mil meses.

Salários concedidos no período têm mediana de R\$ 58.044,00 por pessoa. As aposentadorias precoces concentram o maior gasto (55%), mesmo que correspondam a 20% dos benefícios concedidos.

Homens com média de 57 anos são os mais afetados. Região Sudeste lidera os afastamentos (45,91%), seguida por Sul (31,6%) e Nordeste (13,4%).

Paulo Antônio de Moraes Faleiros, pneumologista e um dos autores do estudo, em nota

A DPOC é a manifestação de duas doenças respiratórias que obstruem a passagem do ar pelos pulmões: bronquite crônica e enfisema pulmonar.

Cigarro é o grande vilão. A doença está intimamente relacionada ao tabagismo e no Brasil estima-se que atinja cerca de 12% da população, sendo um pouco mais comum em homens do que em mulheres.

70% dos pacientes com DPOC são fumantes. Apesar de um pouco menos comum, a DPOC também pode ser causada pela exposição a outros poluentes, como poluição atmosférica e inalação de fumaça de produtos químicos de limpeza (uso em indústrias).

Atualmente, é a terceira causa de morte no mundo, segundo a OMS. Em 2016, foram 3 milhões de mortes em decorrência da doença.

Os principais sinais da DPOC são:

Queixa recorrente de tosse, que costuma vir acompanhada de muco;

Barulho no peito ao respirar (chiado);

Falta de ar, dificuldade para respirar que pode começar mais leve até uma piora progressiva que causa falta de ar mesmo com o paciente parado;

Diminuição da oxigenação e dificuldade de esvaziar os pulmões.

A mais eficaz maneira de prevenção é ficar longe do cigarro. A doença não tem cura. A primeira opção de tratamento para a DPOC é convencer o paciente a parar de fumar.

Outra forma de prevenção é fazer check-ups de rotina para avaliar a capacidade pulmonar e estabelecer o diagnóstico mais cedo.

Em casos mais graves e quando já há limitações, há a indicação do uso de medicamentos broncodilatadores inalatórios, que são usados para reduzir a inflamação e a dilatação da parede dos brônquios, facilitando a passagem do ar.

Quando a concentração de oxigênio no sangue está muito baixa, a pessoa pode fazer terapia para suplementar. Outras formas importantes de prevenção são a prática de exercícios físicos e tomar a vacina contra gripe e pneumonia, já que as infecções respiratórias disparam as crises e podem agravar o quadro.

*Com informações de matéria publicada em 31/05/2022.

Site:

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2024/10/08/aposentadorias-precoces-dpoc.htm>

Galípolo será sabatinado hoje para assumir BC

O Senado avalia hoje o nome do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para a presidência da autarquia a partir de 2025. Esta será a primeira troca de comando da autoridade monetária na era da autonomia. A partir das 10h o economista será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Das 14h em diante a indicação deverá ser avaliada pelos parlamentares no plenário da Casa.

A expectativa é que a segunda passagem de Galípolo pelo crivo do Senado seja, pelo menos, tão tranquila quanto a primeira.

Desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou a indicação, no fim de agosto, o diretor fez uma espécie de aproximação com 48 senadores alinhados ao governo e à oposição, mesmo diante do esvaziamento do Congresso por causa das eleições municipais.

O próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, entrou em campo e procurou senadores alinhados à oposição e ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que o indicou, para avaliar a candidatura de Galípolo.

Ontem o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a avaliação sobre a recepção do Senado à indicação é "positiva".

Segundo ele, a prioridade do governo nesta semana é acompanhar a sabatina.

MERCADO FINANCEIRO. A possibilidade de indicação de Galípolo ao comando do BC já aterrorizou o mercado diante das inclinações heterodoxas da produção acadêmica do economista.

Parte dessa desconfiança foi dirimida quando, em pronunciamentos públicos, Galípolo justificou o aumento dos juros que começaria em setembro. Um dos motivos apontados para a elevação da taxa é o controle da **inflação**. O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic a 10,75% no mês passado.

A aprovação do economista de 42 anos, ex-secretário-executivo da Fazenda, fará com que os indicados pelo

governo Lula sejam maioria no Copom a partir de 1º de janeiro, o que ainda causa "algum desconforto" no mercado. Há dúvidas quanto ao BC aumentar a Selic o bastante para fazer a **inflação** convergir para o centro da meta, o que tem mantido a "desancoragem crônica" das expectativas.

Segundo Lula, o presidente do Banco Central não deve ser um representante do sistema financeiro.

"Tem que ser uma pessoa que goste desse país, que pense na soberania nacional e que tome atitudes corretas", avaliou, afirmando que o BC deve pensar em setores da economia como o comércio e a indústria.

Galípolo precisa da maioria dos votos na CAE e no plenário do Senado para ser confirmado como presidente do BC a partir de janeiro de 2025, após o término do mandato de Campos Neto em 31 de dezembro. Da última vez que passou pela Casa, em 2023, quando foi indicado para a diretoria de Política Monetária, foi aprovado por 23 votos a 2 na sabatina e por 39 a 12 no pleno.

AUTONOMIA

- O BC passou a ter autonomia com a Lei Complementar 179, de 2021, originada de projeto do senador Plínio Valério (PSDB-AM). Pelo texto, o BC é autarquia de natureza especial, sem vinculação a ministério, tendo autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira.

- Na CCJ do Senado tramita proposta de alteração que trata da autonomia orçamentária do BC, que poderia ser transformado em empresa pública. Há ainda projeto em análise na Câmara para revogar a autonomia.

- O presidente do BC é escolhido pelo presidente da República no meio de seu mandato, mas precisa ter o nome aprovado pelo Senado.

- Roberto Campos Neto, atual presidente do BC, tomou posse em 2019, no início do governo de Bolsonaro, e durante sua gestão passou a vigorar a autonomia do Banco Central, com mandatos de quatro anos para presidente e diretores, mas em períodos que não coincidem com o início ou o fim do mandato

de presidente da República.

Site:

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo
/?edicao=11229](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11229)**

Segundo teste para Galípolo

»»**RAFAELA GONÇALVES**

O Senado Federal avalia, hoje, o nome do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para assumir a presidência da autarquia a partir de 2025. Essa será a primeira troca de comando do BC na era da autonomia operacional da instituição, decretada em 2021. Os parlamentares farão questionamentos ao economista sobre assuntos pertinentes a sua possível gestão à frente da autarquia.

A partir das 10 horas, Galípolo será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. No fim da tarde, a indicação deverá ser votada pelo plenário da Casa. Essa será a segunda passagem do economista pelo crivo dos senadores. Em julho de 2023, ele foi sabatinado para assumir o cargo de diretoria do BC.

Na tarde de ontem, Galípolo reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio da Alvorada, residência oficial do Executivo. O encontro não foi informado na agenda oficial.

A expectativa é de que o interrogatório seja tão tranquilo quanto o primeiro. O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem aos jornalistas que a aprovação de Galípolo é dada como certa por integrantes da Fazenda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não tem poupado elogios ao indicado de Lula para comandar o BC.

"Quero destacar o nosso reconhecimento sobre a boa qualidade do indicado, o qual conviveu conosco aqui, inclusive em discussões relevantes como a da **reforma tributária**. E, naturalmente, nesse tempo, terá o Gabriel Galípolo a oportunidade de estar com todos os senadores e senadoras para apresentar o seu pensamento sobre a política monetária, os seus pensamentos para o Banco Central do Brasil", disse, na última sessão presencial do Senado, antes das eleições municipais.

Se tiver seu nome aprovado pelos senadores, o economista substituirá Roberto Campos Neto, que está no comando do BC desde 28 de fevereiro de 2019. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o titular colecionou críticas do governo Lula,

principalmente pelo alto patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75% ao ano.

A autonomia da autarquia, perspectivas sobre a política econômica, condução dos juros e o regime de metas de **inflação** são alguns dos temas que devem ser alvos de questionamentos pelos parlamentares. Segundo Fábio Andrade, economista e cientista político da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), historicamente essas sabinas raramente resultam em rejeições.

"No entanto, dada a polarização política atual, é possível que a sabatina seja mais rigorosa do que o usual, mas, ainda assim, Galípolo deve ser confirmado e assumirá a presidência do Banco Central", avaliou.

Nos últimos meses, o diretor de Política Monetária deu uma série de declarações públicas "preparando o terreno" para um ambiente de maior confiança por parte do mercado nas decisões e na independência da autarquia, conforme destacou Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos. "Se o mercado confiar que as decisões do Banco Central são tomadas com base em critérios técnicos e objetivos econômicos e não políticos, vai ser ainda mais fácil para o presidente governar depois, com menos interferência, com menos ruído e menos atritos", afirmou.

Para ser aprovado na CAE, são necessários os votos da maioria dos integrantes da comissão. Depois, a indicação deve ser analisada pelo plenário da Casa, votação que está prevista para ocorrer na sequência da sabatina na comissão. Para aprovação também será necessário maioria simples, com 41 votos favoráveis dos 81 senadores.

Iniciativa privada Gabriel Muricca Galípolo, 42 anos, é formado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Economia Política na mesma instituição.

Chegou a atuar como professor em cursos de graduação, entre 2006 e 2012, na mesma universidade.

Também deu aulas no curso MBA de PPPs (Parcerias Público- Privadas) e Concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

A carreira na área pública começou em 2007, quando ocupou a Assessoria Econômica da Secretaria de

Transportes Metropolitanos, na gestão do então prefeito José Serra (PSDB). Em 2008, foi diretor da Unidade de Estruturação de Projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo.

Entre 2017 e 2021, voltou à iniciativa privada para assumir a presidência do Banco Fator, focado em parcerias público-privadas e programas de privatização. Foi ainda pesquisador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em 2022, e atuou também como conselheiro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre 2022 e 2023.

Antes de integrar a equipe de Política Econômica do BC, Galípolo ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, no início da gestão de Haddad.

A sabatina será transmitida pela Agência Senado, pela televisão, e pelo canal oficial da Casa no YouTube. Os cidadãos que desejem sugerir perguntas podem entrar em contato pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e-Cidadania.

As perguntas poderão ser lidas por senadores e debatedores do tema ao vivo.

"Dada a polarização política atual, é possível que a sabatina seja mais rigorosa do que o usual, mas, ainda assim, Galípolo deve ser confirmado e assumirá a presidência do Banco Central" Fábio Andrade, economista e cientista político da ESPM

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6494/08-10-2024.html?all=1>

Segundo teste para Gabriel Galípolo no Senado Federal antes de presidir BC (BANCO CENTRAL)

Rafaela Gonçalves

+

O Senado Federal avalia, hoje, o nome do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para assumir a presidência da autarquia a partir de 2025. Essa será a primeira troca de comando do BC na era da autonomia operacional da instituição, decretada em 2021. Os parlamentares farão questionamentos ao economista sobre assuntos pertinentes a sua possível gestão à frente da autarquia.

A partir das 10 horas, Galípolo será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. No fim da tarde, a indicação deverá ser votada pelo plenário da Casa. Essa será a segunda passagem do economista pelo crivo dos senadores. Em julho de 2023, ele foi sabatinado para assumir o cargo de diretoria do BC.

Na tarde de ontem, Galípolo reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio da Alvorada, residência oficial do Executivo. O encontro não foi informado na agenda oficial.

A expectativa é de que o interrogatório seja tão tranquilo quanto o primeiro. O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem aos jornalistas que a aprovação de Galípolo é dada como certa por integrantes da Fazenda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não tem poupado elogios ao indicado de Lula para comandar o BC. Quero destacar o nosso reconhecimento sobre a boa qualidade do indicado, o qual conviveu conosco aqui, inclusive em discussões relevantes como a da **reforma tributária**. E, naturalmente, nesse tempo, terá o Gabriel Galípolo a oportunidade de estar com todos os senadores e senadoras para apresentar o seu pensamento sobre a política monetária, os seus pensamentos para o Banco Central do Brasil, disse, na última sessão presencial do Senado, antes das eleições municipais.

Se tiver seu nome aprovado pelos senadores, o

economista substituirá Roberto Campos Neto, que está no comando do BC desde 28 de fevereiro de 2019. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o titular colecionou críticas do governo Lula, principalmente pelo alto patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75% ao ano.

A autonomia da autarquia, perspectivas sobre a política econômica, condução dos juros e o regime de metas de **inflação** são alguns dos temas que devem ser alvos de questionamentos pelos parlamentares. Segundo Fábio Andrade, economista e cientista político da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), historicamente essas sabinas raramente resultam em rejeições. No entanto, dada a polarização política atual, é possível que a sabatina seja mais rigorosa do que o usual, mas, ainda assim, Galípolo deve ser confirmado e assumirá a presidência do Banco Central, avaliou.

Nos últimos meses, o diretor de Política Monetária deu uma série de declarações públicas preparando o terreno para um ambiente de maior confiança por parte do mercado nas decisões e na independência da autarquia, conforme destacou Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos. Se o mercado confiar que as decisões do Banco Central são tomadas com base em critérios técnicos e objetivos econômicos e não políticos, vai ser ainda mais fácil para o presidente governar depois, com menos interferência, com menos ruído e menos atritos, afirmou.

Para ser aprovado na CAE, são necessários os votos da maioria dos integrantes da comissão. Depois, a indicação deve ser analisada pelo plenário da Casa, votação que está prevista para ocorrer na sequência da sabatina na comissão. Para aprovação também será necessário maioria simples, com 41 votos favoráveis dos 81 senadores.

Gabriel Muricca Galípolo, 42 anos, é formado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Economia Política na mesma instituição. Chegou a atuar como professor em cursos de graduação, entre 2006 e 2012, na mesma universidade. Também deu aulas no curso MBA de

PPPs (Parcerias Público-Privadas) e Concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

A carreira na área pública começou em 2007, quando ocupou a Assessoria Econômica da Secretaria de Transportes Metropolitanos, na gestão do então prefeito José Serra (PSDB). Em 2008, foi diretor da Unidade de Estruturação de Projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo.

Entre 2017 e 2021, voltou à iniciativa privada para assumir a presidência do Banco Fator, focado em parcerias público-privadas e programas de privatização. Foi ainda pesquisador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em 2022, e atuou também como conselheiro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre 2022 e 2023. Antes de integrar a equipe de Política Econômica do BC, Galípolo ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, no início da gestão de Haddad.

A sabatina será transmitida pela Agência Senado, pela televisão, e pelo canal oficial da Casa no YouTube. Os cidadãos que desejem sugerir perguntas podem entrar em contato pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e-Cidadania. As perguntas poderão ser lidas por senadores e debatedores do tema ao vivo.

O Senado Federal avalia, hoje, o nome do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para assumir a presidência da autarquia a partir de 2025. Essa será a primeira troca de comando do BC na era da autonomia operacional da instituição, decretada em 2021. Os parlamentares farão questionamentos ao economista sobre assuntos pertinentes a sua possível gestão à frente da autarquia.

A partir das 10 horas, Galípolo será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. No fim da tarde, a indicação deverá ser votada pelo plenário da Casa. Essa será a segunda passagem do economista pelo crivo dos senadores. Em julho de 2023, ele foi sabatinado para assumir o cargo de diretoria do BC.

Na tarde de ontem, Galípolo reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio da Alvorada, residência oficial do Executivo. O encontro não foi informado na agenda oficial.

A expectativa é de que o interrogatório seja tão tranquilo quanto o primeiro. O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre

Padilha, disse ontem aos jornalistas que a aprovação de Galípolo é dada como certa por integrantes da Fazenda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não tem poupado elogios ao indicado de Lula para comandar o BC. Quero destacar o nosso reconhecimento sobre a boa qualidade do indicado, o qual conviveu conosco aqui, inclusive em discussões relevantes como a da **reforma tributária**. E, naturalmente, nesse tempo, terá o Gabriel Galípolo a oportunidade de estar com todos os senadores e senadoras para apresentar o seu pensamento sobre a política monetária, os seus pensamentos para o Banco Central do Brasil, disse, na última sessão presencial do Senado, antes das eleições municipais.

Se tiver seu nome aprovado pelos senadores, o economista substituirá Roberto Campos Neto, que está no comando do BC desde 28 de fevereiro de 2019. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o titular colecionou críticas do governo Lula, principalmente pelo alto patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75% ao ano.

A autonomia da autarquia, perspectivas sobre a política econômica, condução dos juros e o regime de metas de **inflação** são alguns dos temas que devem ser alvos de questionamentos pelos parlamentares. Segundo Fábio Andrade, economista e cientista político da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), historicamente essas sabinas raramente resultam em rejeições. No entanto, dada a polarização política atual, é possível que a sabatina seja mais rigorosa do que o usual, mas, ainda assim, Galípolo deve ser confirmado e assumirá a presidência do Banco Central, avaliou.

Nos últimos meses, o diretor de Política Monetária deu uma série de declarações públicas preparando o terreno para um ambiente de maior confiança por parte do mercado nas decisões e na independência da autarquia, conforme destacou Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos. Se o mercado confiar que as decisões do Banco Central são tomadas com base em critérios técnicos e objetivos econômicos e não políticos, vai ser ainda mais fácil para o presidente governar depois, com menos interferência, com menos ruído e menos atritos, afirmou.

Para ser aprovado na CAE, são necessários os votos da maioria dos integrantes da comissão. Depois, a indicação deve ser analisada pelo plenário da Casa, votação que está prevista para ocorrer na sequência da sabatina na comissão. Para aprovação também será necessário maioria simples, com 41 votos favoráveis dos 81 senadores.

Gabriel Muricca Galípolo, 42 anos, é formado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Economia Política na mesma instituição. Chegou a atuar como professor em cursos de graduação, entre 2006 e 2012, na mesma universidade. Também deu aulas no curso MBA de PPPs (Parcerias Público-Privadas) e Concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

A carreira na área pública começou em 2007, quando ocupou a Assessoria Econômica da Secretaria de Transportes Metropolitanos, na gestão do então prefeito José Serra (PSDB). Em 2008, foi diretor da Unidade de Estruturação de Projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo.

Entre 2017 e 2021, voltou à iniciativa privada para assumir a presidência do Banco Fator, focado em parcerias público-privadas e programas de privatização. Foi ainda pesquisador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em 2022, e atuou também como conselheiro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre 2022 e 2023. Antes de integrar a equipe de Política Econômica do BC, Galípolo ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, no início da gestão de Haddad.

A sabatina será transmitida pela Agência Senado, pela televisão, e pelo canal oficial da Casa no YouTube. Os cidadãos que desejem sugerir perguntas podem entrar em contato pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e-Cidadania. As perguntas poderão ser lidas por senadores e debatedores do tema ao vivo.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/10/6959815-segundo-teste-para-gabriel-galipolo-no-senado-federal-antes-de-presidir-bc.html>

Senado vota hoje indicação de Galípolo para presidir o BC

ALVARO GRIBEL

O economista Gabriel Galípolo deve ter o seu nome aprovado hoje, com folga, pelo Senado para assumir a presidência do Banco Central no início do ano que vem. Ainda assim, a expectativa para a sabatina é de que senadores da oposição o questionem sobre a independência que ele terá em relação ao governo federal para conduzir o órgão, e há risco de que integrantes da própria base aliada reclamem do novo ciclo de alta dos juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Galípolo ocupa desde julho do ano passado o posto de diretor de Política Monetária do BC, e isso deve ajudá-lo a angariar votos entre os senadores, já que passou por sabatina semelhante para assumir o cargo.

Além disso, já está ambientado no BC, o que o ajuda a demonstrar experiência para subir o último degrau na hierarquia da autarquia.

Também conta a favor do economista o fato de ele ser considerado um técnico com capacidade de diálogo com a oposição e de ter cumprido o processo de "beija-mão" com visitas a pelo menos 65 senadores no mês passado, abrindo caminho para uma votação mais tranquila.

Galípolo vai entrar no lugar de Roberto Campos Neto, indicado ainda no governo Bolsonaro, e que tem sido alvo frequente de ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - um crítico da atual política monetária.

Ontem, Galípolo e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participaram de um encontro com Lula, que ocorreu fora da agenda do presidente.

A sabatina será feita em momento de alta da Selic. Na sua última reunião, o Copom subiu a taxa básica de juros de 10,5% para 10,75% ao ano, em votação unânime. Tanto Galípolo quanto os três outros diretores já indicados por Lula para o colegiado votaram pelo aperto, assim como Campos Neto e outros quatro diretores herdados do governo anterior.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, mesmo depois da aprovação de Galípolo ainda permanecerá a dúvida sobre suas próximas decisões e sua independência em relação ao Planalto.

Ele lembra que o economista viajou ao México no avião presidencial na última semana, ao lado do presidente Lula.

"Essa questão da independência não é muito clara ainda.

Ele estava no México quando teve o problema do avião e frequenta muito o Palácio (do Planalto). Vai ficar a dúvida sobre como vai ser o Banco Central nos próximos anos. O fato de ele ter votado pela subida dos juros na última reunião deve tranquilizar parte da oposição. Mas vemos a **inflação** acima da meta, não só pela política fiscal, também por essa dúvida subjetiva quanto à independência", afirmou.

DUAS VOTAÇÕES. A expectativa é de que duas votações ocorram hoje. Primeiro, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, onde ocorrerá a sabatina. Se o seu nome for aprovado, a indicação será levada para o plenário da Casa, onde haverá a análise em definitivo.

Em ambos os casos, a votação será secreta, e o economista precisará da maioria simples dos votos.

Para o senador Angelo Coronel (PSD-BA), vice-presidente da CAE, a expectativa é de votação tranquila, sem surpresas em relação ao resultado.

"Acho que será algo muito normal, ele (Galípolo) já visitou todo mundo, acho que não haverá oposição ao seu nome. Acredito que será tudo muito protocolar para cumprir as normas do Parlamento", afirmou.

Plínio Valério (PSDB-AM), líder do partido na Casa e relator da proposta de independência financeira do BC, disse que Galípolo deve ser aprovado com facilidade. Durante a conversa no último mês, o economista demonstrou apoio à proposta de autonomia financeira da autarquia - que é criticada por Lula.

"Sou oposição, mas ele é indicado do presidente Lula, que tem essa prerrogativa. Ele já visitou vários gabinetes, já conversei com ele e, para minha surpresa, ele disse que era a favor da autonomia do Banco Central, que estou relatando, de autonomia financeira. Ele passa sem nenhum problema, não vejo

nenhum empecilho", afirmou o senador.

"Vemos a **inflação** acima da meta, não só pela política fiscal, também por essa dúvida subjetiva quanto à independência (de Galípolo)" Sergio Vale MB Associados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária volta à berlinda após governo retirar da urgência (CONGRESSO)

Rafaela Gonçalves

+

As demandas setoriais são um desafio para a tramitação da regulamentação da **reforma tributária** no Congresso Nacional. Representantes de diversos setores da economia reivindicam ao Senado Federal mudanças no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Essa parte do projeto é a responsável por definir isenções e reduções de alíquotas, assim como o novo Imposto Seletivo (IS), tributação extra destinada aos itens considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Legislativo, na última sexta-feira, o pedido de retirada de urgência do projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**. O projeto estava trancando a pauta do Senado desde 23 de setembro e impedia, inclusive, a votação da indicação de Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central, para a presidência da autoridade monetária.

Agora, a proposta deve passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que abre maior espaço para alterações no texto. Líderes partidários já sinalizaram que vão buscar por mudanças na matéria.

A retirada da urgência do texto vinha sendo cobrada por líderes partidários desde julho, quando o projeto foi aprovado pela Câmara. O argumento é de que a proposta precisa de tempo para ser discutida na Casa. Ao Correio, o senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador do grupo de trabalho de regulamentação da tributária no Senado, afirmou que foi uma decisão acertada e destacou que é preciso analisar distorções que passaram pelos deputados.

Não faz sentido um projeto dessa magnitude tramitar em regime de urgência, são mais de 1.300 emendas. A maioria dos senadores não está conseguindo entender de verdade o que será votado está dependendo das assessorias, afirmou. O parlamentar encaminhou um requerimento para que a proposta seja avaliada pela CAE, antes de ter o mérito analisado na CCJ. O encaminhamento pede apoio para que haja um debate oficial. O grupo de trabalho traz uma discussão mais informal, esse é mais um motivo para que passe também pela CAE, disse.

Nesta semana, com a retomada das atividades presenciais após as eleições, a CAE já tem duas audiências marcadas para tratar do projeto, ambas sobre o impacto do novo Imposto Seletivo.

Entre as demandas setoriais estão a inclusão de pequenos produtores rurais organizados em cooperativas como não-contribuintes, a inclusão do setor de home care em um regime diferenciado, a isenção de **tributos** para o setor de **previdência complementar** e a adoção de um regime tributário único para todos os meios eletrônicos de pagamento, por exemplo.

Um dos pontos sensíveis na regulamentação da **reforma tributária** é como ficará o Simples Nacional. Existe uma preocupação sobre o impacto das novas regras sobre as micro e pequenas empresas, que perderão competitividade com as mudanças que estão por vir. Isso acontecerá porque essa categoria de empresas deixará de gerar créditos tributários.

O projeto permite que contribuintes do regime de tributação do Simples, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, ou Microempreendedores Individuais (MEIs), optem por continuar no modelo antigo ou recolher a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), **tributos** introduzidos pelo novo regime com incidências federal e regional, respectivamente.

Hoje, o sistema tributário desse segmento permite a geração de créditos tributários para quem revende produtos fabricados por microempresas. Isso significa que se uma pequena empresa paga, supostamente, 10% de **impostos**, gera ao comprador de seus produtos 10% de créditos tributários, que são usados para abater os **impostos** devidos ao governo federal.

Com a reforma, as pequenas empresas vão deixar de gerar crédito, perdendo uma moeda importante, enquanto as grandes continuarão gerando e seguindo bem mais atrativas para negócios. Na prática, a redação (do texto) coloca o pequeno empresário entre a cruz e a espada, enfatizou o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), José César da Costa.

Especialistas alertam para o impacto do aumento do

número de exceções no novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que irá unificar diversos **impostos**. Recentemente, a equipe econômica divulgou que a taxa geral deve ficar próxima de 28%, justamente por conta das exceções.

Em nota técnica ao analisar a atual da regulamentação da **reforma tributária**, o Centro de Liderança Pública (CLP) concluiu que a criação de exceções e alíquotas diferenciadas para o IVA traz mais custos e prejuízos do que a determinação de uma alíquota única. O levantamento considerou os dados do Ministério da Fazenda que apontou que, entre os fatores que devem deixar tributação chegar a esse patamar, estão a inclusão de carnes e queijos na cesta básica, que agora são isentos de **impostos**, elevando a alíquota em 0,7 ponto percentual; e a redução das alíquotas para o setor imobiliário, que contribuiu para um aumento adicional de quase 0,3 ponto percentual.

As isenções ou alíquotas diferenciais na taxa de IVA para setores ou produtos específicos, além de complicar o sistema tributário, exigem uma alíquota-base mais alta para compensar perdas de receita. Algumas estimativas apontam que uma alíquota única do IBS e CBS (ou seja, todos produtos e setores pagando o mesmo imposto) seria em torno de 22%, ou seja, 6 pontos percentuais abaixo da atual alíquota base, apontou o documento.

Sobre as carnes, em especial, a organização aponta que a isenção pode beneficiar desproporcionalmente os mais ricos. Carnes, especialmente cortes mais caros e produtos de maior valor agregado, são frequentemente consumidos em maior proporção por indivíduos de classes socioeconômicas mais altas. A isenção das alíquotas de consumo, portanto, pode beneficiar desproporcionalmente os mais ricos, que têm maior capacidade de consumo desses produtos, disse, em nota, o CLP.

As demandas setoriais são um desafio para a tramitação da regulamentação da **reforma tributária** no Congresso Nacional. Representantes de diversos setores da economia reivindicam ao Senado Federal mudanças no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Essa parte do projeto é a responsável por definir isenções e reduções de alíquotas, assim como o novo Imposto Seletivo (IS), tributação extra destinada aos itens considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Legislativo, na última sexta-feira, o pedido de retirada de urgência do projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**. O projeto estava trancando a pauta do Senado desde 23 de setembro e impedia, inclusive, a votação da indicação de Gabriel

Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central, para a presidência da autoridade monetária.

Agora, a proposta deve passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que abre maior espaço para alterações no texto. Líderes partidários já sinalizaram que vão buscar por mudanças na matéria.

A retirada da urgência do texto vinha sendo cobrada por líderes partidários desde julho, quando o projeto foi aprovado pela Câmara. O argumento é de que a proposta precisa de tempo para ser discutida na Casa. Ao Correio, o senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador do grupo de trabalho de regulamentação da tributária no Senado, afirmou que foi uma decisão acertada e destacou que é preciso analisar distorções que passaram pelos deputados.

Não faz sentido um projeto dessa magnitude tramitar em regime de urgência, são mais de 1.300 emendas. A maioria dos senadores não está conseguindo entender de verdade o que será votado está dependendo das assessorias, afirmou. O parlamentar encaminhou um requerimento para que a proposta seja avaliada pela CAE, antes de ter o mérito analisado na CCJ. O encaminhamento pede apoio para que haja um debate oficial. O grupo de trabalho traz uma discussão mais informal, esse é mais um motivo para que passe também pela CAE, disse.

Nesta semana, com a retomada das atividades presenciais após as eleições, a CAE já tem duas audiências marcadas para tratar do projeto, ambas sobre o impacto do novo Imposto Seletivo.

Entre as demandas setoriais estão a inclusão de pequenos produtores rurais organizados em cooperativas como não-contribuintes, a inclusão do setor de home care em um regime diferenciado, a isenção de **tributos** para o setor de **previdência complementar** e a adoção de um regime tributário único para todos os meios eletrônicos de pagamento, por exemplo.

Um dos pontos sensíveis na regulamentação da **reforma tributária** é como ficará o Simples Nacional. Existe uma preocupação sobre o impacto das novas regras sobre as micro e pequenas empresas, que perderão competitividade com as mudanças que estão por vir. Isso acontecerá porque essa categoria de empresas deixará de gerar créditos tributários.

O projeto permite que contribuintes do regime de tributação do Simples, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, ou Microempreendedores Individuais (MEIs), optem por continuar no modelo antigo ou

recolher a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), **tributos** introduzidos pelo novo regime com incidências federal e regional, respectivamente.

Hoje, o sistema tributário desse segmento permite a geração de créditos tributários para quem revende produtos fabricados por microempresas. Isso significa que se uma pequena empresa paga, supostamente, 10% de **impostos**, gera ao comprador de seus produtos 10% de créditos tributários, que são usados para abater os **impostos** devidos ao governo federal.

Com a reforma, as pequenas empresas vão deixar de gerar crédito, perdendo uma moeda importante, enquanto as grandes continuarão gerando e seguindo bem mais atrativas para negócios. Na prática, a redação (do texto) coloca o pequeno empresário entre a cruz e a espada, enfatizou o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), José César da Costa.

Especialistas alertam para o impacto do aumento do número de exceções no novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que irá unificar diversos **impostos**. Recentemente, a equipe econômica divulgou que a taxa geral deve ficar próxima de 28%, justamente por conta das exceções.

Em nota técnica ao analisar a atual da regulamentação da **reforma tributária**, o Centro de Liderança Pública (CLP) concluiu que a criação de exceções e alíquotas diferenciadas para o IVA traz mais custos e prejuízos do que a determinação de uma alíquota única. O levantamento considerou os dados do Ministério da Fazenda que apontou que, entre os fatores que devem deixar tributação chegar a esse patamar, estão a inclusão de carnes e queijos na cesta básica, que agora são isentos de **impostos**, elevando a alíquota em 0,7 ponto percentual; e a redução das alíquotas para o setor imobiliário, que contribuiu para um aumento adicional de quase 0,3 ponto percentual.

As isenções ou alíquotas diferenciais na taxa de IVA para setores ou produtos específicos, além de complicar o sistema tributário, exigem uma alíquota-base mais alta para compensar perdas de receita. Algumas estimativas apontam que uma alíquota única do IBS e CBS (ou seja, todos produtos e setores pagando o mesmo imposto) seria em torno de 22%, ou seja, 6 pontos percentuais abaixo da atual alíquota base, apontou o documento.

Sobre as carnes, em especial, a organização aponta que a isenção pode beneficiar desproporcionalmente os mais ricos. Carnes, especialmente cortes mais caros e produtos de maior valor agregado, são frequentemente consumidos em maior proporção por

indivíduos de classes socioeconômicas mais altas. A isenção das alíquotas de consumo, portanto, pode beneficiar desproporcionalmente os mais ricos, que têm maior capacidade de consumo desses produtos, disse, em nota, o CLP.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/10/6959810-reforma-tributaria-volta-a-berlinda-apos-governo-retirar-da-urgencia.html>

Reforma Tributária: novo sistema automático deve reduzir sonegação em R\$ 150 bi por ano, estima Fazenda

A automatização do pagamento de **tributos** deve reduzir a sonegação de **impostos** sobre o consumo em R\$ 150 bilhões por ano, segundo estimativas do Ministério da Fazenda. Essa é uma das ferramentas previstas pelo governo na **Reforma Tributária** para reduzir a alíquota que é cobrada de cada contribuinte atualmente.

O texto principal de regulamentação da reforma está parado desde que chegou ao Senado, em meados de agosto. Com o fim do "recesso branco" por causa das eleições municipais e a retirada de urgência do projeto pelo governo, a expectativa é que agora tenha início a tramitação formal do texto na Casa.

Segundo Daniel Loria, um dos principais assessores de Bernard Appy na Secretaria Especial de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, a perda de arrecadação com sonegação, fraude ou inadimplência é calculada atualmente em torno de R\$ 250 bilhões todos os anos. Por isso, diz Loria, o novo sistema operacional para a cobrança de **impostos** é o "coração" da reforma e uma "ferramenta poderosa" para enfrentar esse problema.

Na prática, quem paga os **impostos** em dia terá um alívio na alíquota cobrada com a recuperação pelo governo de parte da arrecadação perdida com sonegação, inadimplência ou fraude. Só a automatização deve ser responsável por uma queda de três pontos percentuais do imposto criado com a reforma que passará a valer a partir de 2026.

Alíquota menor

O governo previu inicialmente alíquota de 26,5% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), parte estadual e municipal do novo tributo, e para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o braço federal. Mas o número subiu para 28% após mudanças feitas no projeto de regulamentação pela Câmara, como a inclusão de carnes na cesta básica.

- A arrecadação não aumenta, é estável, essa arrecadação não é da União, é do povo brasileiro, que vai pagar uma alíquota menor. Não vai ter aumento de arrecadação - disse Loria ao GLOBO. - Vamos pegar

esse dinheiro que o governo não arrecada e democratizar para toda a sociedade. Antes, era o sonegador que não pagava, quem tinha o benefício (fiscal) não pagava. A reforma vai possibilitar uma alíquota mais baixa para todo mundo, com a mesma carga tributária - explicou, acrescentando que o fim dos benefícios fiscais do ICMS produzirão o mesmo efeito.

A automatização do processo envolve a apuração dos **impostos** em tempo real pela administração tributária e o chamado split payment, sistema que vai permitir o recolhimento dos **tributos** ao Fisco no momento do pagamento do bem ou serviço. Além disso, a apuração será consolidada, com um único cadastro por empresa para todo o país. Hoje, é necessário um registro para cada estado ou município em que a empresa está instalada.

Dentro da administração pública, já está em andamento o desenvolvimento de partes do sistema pela União, estados e municípios. Para colocá-lo de pé, primeiro é necessário vincular as informações tributárias contidas nas notas fiscais eletrônicas ao sistema da **Receita Federal** e do Comitê Gestor do IBS.

Atualmente, ao fim de cada mês, a empresa, em geral, tem de enviar uma declaração ao Fisco informando qual é o imposto devido, com base nas vendas realizadas e no crédito tributário que tem direito. A ideia é que o Fisco já tenha essa informação no momento da emissão da nota e, com o split payment, receba o valor a que tem direito quando o pagamento for realizado.

Na semana passada, foi criado um grupo de trabalho com participantes do governo e do setor privado para discutir o desenvolvimento do novo sistema operacional. Ainda não foram escolhidas as associações do setor privado que vão montar o sistema junto com o governo, mas Loria afirma que já houve alguns avanços em conversas informais com os meios de pagamento (que vão operar o sistema) e as empresas de tecnologia.

Idealmente, a separação dos **tributos** e do valor do

produto em si, enviado ao vendedor, será automática. Para isso, é necessário que a tecnologia permita que os bancos e demais instituições de pagamento consigam se comunicar com o Fisco em tempo real para verificar se a empresa tem créditos fiscais para abater.

Deve ser mais fácil começar com uma comunicação off-line entre os sistemas de pagamento e a administração tributária. Nesse caso, o banco vai reter todo imposto devido, conforme a nota fiscal, e enviar para a administração tributária. Em seguida, o Fisco vai verificar se a empresa tem créditos e, se for o caso, devolver parte do valor em até três dias úteis para o vendedor.

Há ainda a modalidade, que deve ser usada pelos varejistas, em que será possível fixar uma alíquota média de retenção mensal e fazer o encontro de contas no fim de cada período.

Ainda está em aberto quem vai pagar a conta pelo desenvolvimento e gestão do sistema. O texto aprovado na Câmara diz que União e o Comitê Gestor do IBS deverão aprovar orçamento para desenvolvimento, operação e manutenção do split payment.

Dificuldades

Loria diz que não está descartado copiar a implementação do Pix, que é obrigatório para as maiores instituições financeiras e gratuito para pessoas físicas. Recentemente, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, contou que o custo anual para manter o Pix é de US\$ 10 milhões.

- O split vai requerer mais desenvolvimento. Mesmo assim, seria tão positivo para a sociedade, que é um custo-benefício que vale a pena para o governo. É uma questão que está em aberto se o banco vai ser remunerado ou não.

Loria afirma que as empresas de pagamento também ficam receosas de o split incentivar a fuga de contribuintes de pagamentos eletrônicos para o dinheiro, já que será impossível a sonegação no modelo de arrecadação em tempo real.

Outra resistência vem das empresas, preocupadas com o fluxo de caixa. A Associação Brasileira de Empresas Abertas (Abrasca) defende que o split só seja obrigatório quando houver um sistema de abatimento de créditos tributários em tempo real.

Site:

[https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/08/reforma-tributaria-novo-sistema-automatico-deve-reduzir-](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/08/reforma-tributaria-novo-sistema-automatico-deve-reduzir-sonegacao-em-r-150-bi-por-ano-estima-fazenda.ghtml)

[sonegacao-em-r-150-bi-por-ano-estima-fazenda.ghtml](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/08/reforma-tributaria-novo-sistema-automatico-deve-reduzir-sonegacao-em-r-150-bi-por-ano-estima-fazenda.ghtml)

Trump elevará déficit duas vezes mais que Kamala

Richard Rubin Dow Jones, de Washington

A recente enxurrada de promessas de Donald Trump sobre cortes tributários empurrou seu plano fiscal ainda mais para o vermelho e elevaria os déficits orçamentários dos EUA em mais do que o dobro do que a proposta da rival democrata Kamala Harris, segundo um novo estudo sobre os programas dos candidatos.

A combinação defendida por Trump de cortes de **impostos**, aumento das tarifas de importação, expansão militar e deportações em massa elevaria os déficits em um total estimado em US\$ 7,5 trilhões nos próximos dez anos, segundo o Comitê por um Orçamento Federal Responsável (CRFB, na sigla em inglês). Já os planos da vice-presidente Kamala - gastos em políticas sociais, cortes de **impostos** para a classe média e aumentos de **impostos** para empresas e pessoas físicas de alta renda - elevariam os déficits em US\$3,5 trilhões.

Esses aumentos se somariam aos déficits de US\$ 22 trilhões que, no ritmo atual, os EUA deverão acumular ao longo desse período de dez anos se o Congresso não mudar nada. Após várias rodadas de cortes tributários e gastos emergenciais, a dívida pública dos EUA agora supera os US\$ 28,3 trilhões.

O dos dois candidatos esteve mais em suas promessas aos eleitores do que nos cortes de gastos ou aumentos de **impostos**.

"Nenhum deles está indo na direção de estabilizar a dívida", disse Marc Goldwein, vice-presidente sênior do CRFB.

Trump tem apresentado propostas de cortes de **impostos** que se somariam a outros cortes tributários. Ele prometeu eliminar **impostos** sobre gorjetas, benefícios da Segurança Social e pagamento de horas extras.

"Trump começou a prometer um novo corte de **impostos** em cada comício, e isso realmente foi se somando", disse Goldwein.

Kamala prometeu não elevar os **impostos** para famílias que ganham menos de US\$ 400 mil por ano, o que exigiria estender a maioria dos cortes de

impostos de Trump de 2017 que estão por expirar. Ela também defendeu a ampliação dos créditos fiscais para famílias com filhos, pessoas que comprem sua primeira casa e algumas empresas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188007?page=16§ion=1>

Governo avalia isenção do IR a quem ganha até 5 mil

O Ministério da Fazenda estuda alternativas para cumprir a promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e garantir a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até RS 5 mil por mês.

Uma possibilidade em análise é limitar o benefício a quem efetivamente ganha até esse valor por mês. No entanto, haveria uma "rampa" para evitar que trabalhadores que recebem um pouco mais não sejam prejudicados.

O tema está em discussão na pasta de Fernando Haddad antes de ser apresentado a Lula, que irá tomar uma decisão sobre o assunto. O projeto faz parte da agenda de reforma de regras tributárias sobre a renda.

Um dos projetos já foi encaminhado ao Congresso Nacional: a instituição de um imposto mínimo de 15% sobre o lucro das multinacionais em atuação no Brasil. Outro texto trata sobre aplicações financeiras.

No caso da ampliação da isenção do IR, a projeção é de um impacto de cerca de RS 35 bilhões na receita de **impostos**. A equipe econômica busca saídas para cumprir a promessa sem prejudicar as contas públicas e quer propor formas de compensar a isenção.

Nova lei de combustíveis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona, hoje, o Projeto de Lei do Combustível do Futuro (PL 528/2020), que tem como objetivo descarbonizar a matriz energética do país. Entre as medidas da proposta, de autoria do governo, está o aumento das misturas de etanol à gasolina e da de biodiesel ao diesel.

A cerimônia, na Base Aérea de Brasília, ocorrerá durante a feira Liderança Verde Brasil Expo, que terá demonstrações das principais tecnologias de descarbonização em atividade no país.

O projeto faz parte da chamada "agenda verde", enviada pelo governo e abraçada pelo Legislativo, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa no mercado de gás natural.

A nova margem de mistura de etanol à gasolina proposta pelo projeto passará a ser de 22% a 27%, podendo chegar a 35%. Atualmente, a mistura pode chegar a 27,5%, sendo que o mínimo é de 18% de etanol. Quanto ao biodiesel, misturado ao diesel de origem fóssil no percentual de 14% desde março deste ano, a partir de 2025, será ampliado um ponto percentual de mistura anualmente até atingir 20%, em março de 2030, segundo metas propostas no texto.

A adição deve considerar o volume total e caberá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) avaliar a viabilidade das metas de aumento da mistura, reduzir ou aumentar a mistura de biodiesel em até dois pontos percentuais. A partir de 2031, poderá elevar a mistura, que deverá ficar entre 13% e 25%.

Ao Correio, o relator do projeto, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), celebrou a sanção do projeto como um marco de investimentos para o país. "É impressionante o volume de investimentos impulsionados por essa matéria. O incremento da mistura do etanol exigirá muito do combustível, assim como o biodiesel e a criação do combustível sustentável para a aviação e o biometano. É um plano formidável de investimentos no setor de biocombustíveis, que ultrapassa os R\$ 230 bilhões", afirmou.

O parlamentar, que também relatou o marco do hidrogênio, sancionado neste ano, afirmou que a pauta é concomitante a outras políticas de incentivo à indústria, como o Mover, a Nova Indústria Brasil e o Rota 2030. Jardim afirmou ainda que a prioridade da agenda, agora, é a aprovação do marco legal do

mercado de carbono. "Esperamos votar ainda no mês de outubro, antes da realização da COP 29 (Conferência das Nações Unidas sobre o clima), que acontece em novembro (no Azerbaijão). O marco legal do mercado de carbono fecharia uma equação importante", destacou.

Ele disse ainda que um projeto que trata de um combustível marítimo sustentável também está no radar do Congresso.

A indústria automotiva está com boas expectativas sobre o desenvolvimento da frota de veículos híbridos no país, segundo Rafael Ceconello, diretor de Assuntos Regulatórios e Governamentais da Toyota.

No início deste ano, a empresa anunciou um plano de investimentos no Brasil de R\$ 11 bilhões até 2030 e, por isso, está atenta às novidades.

Segundo o executivo, a proposta do projeto cria previsibilidade para o setor, além de o país ter uma política pública que fala de biocombustíveis, de forma mais ampliada. Contudo, Ceconello reconheceu haver alguns desafios operacionais.

Para André Lavor, CEO da Binatural, o PL é um "marco no combate às mudanças climáticas, a descarbonização da matriz de transporte no Brasil é um passo decisivo para a redução das emissões de gases de efeito estufa".

"O setor de biodiesel, no qual a Binatural é especialista, contribuirá com a redução de mais de 320 milhões de toneladas de CO2 nos próximos 10 anos", avaliou.

Segundo ele, o aumento progressivo da mistura para 25% de biodiesel ao diesel até 2035 trará outros impactos expressivos, como mais de R\$ 52 bilhões em investimentos e R\$ 412 bilhões agregados ao Produto Interno Bruto (**PIB**) do país.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6494/08-10-2024.html?all=1>

Biodiesel evitará a emissão de 320 milhões de toneladas de CO2

DIEGO LAZZARIS

Atualmente, o biodiesel representa 14% da mistura do diesel no Brasil. Um incremento nessa composição pode reduzir significativamente a emissão de dióxido de carbono (CO₂), de acordo com André Lavor, CEO da Binatural. "Com o potencial de aumentar a mistura de biodiesel no diesel para 25% até 2035, o Brasil pode deixar de emitir mais de 320 milhões de toneladas de CO₂ na próxima década", disse Lavor, durante o painel Soluções Inovadoras para o Futuro dos Combustíveis, no Estadão Summit ESG 2024, em São Paulo.

Lavor comentou a importância do projeto de lei conhecido como Combustível do Futuro, aprovado no Congresso.

"O projeto busca descarbonizar a matriz de transporte do Brasil, atualmente composta em sua maioria por caminhões. A proposta inclui a ampliação do uso de biocombustíveis, como o HVO (Hydrotreated Vegetable Oil) e o SAF (Sustainable Aviation Fuel), além de fortalecer setores como o etanol e o biodiesel, que já contribuem significativamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa", afirmou o executivo.

O HVO é um biocombustível produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais que passam por um processo de hidrogenação.

Já o SAF é um combustível sustentável para aviação, produzido a partir de matérias-primas renováveis, como óleos vegetais, resíduos agrícolas e resíduos sólidos urbanos.

No caso do biodiesel, que pode reduzir em até 90% essas emissões dependendo da matéria-prima utilizada, o setor tem utilizado óleos residuais, como o óleo de cozinha, para produção.

De acordo com o executivo, em 2022, o setor de biodiesel consumiu cerca de 150 milhões de litros de óleo de fritura, evitando a contaminação de 3,8 trilhões de litros de água.

HIDROGÊNIO VERDE. Outra importante alternativa para os combustíveis fósseis é o hidrogênio verde. Segundo Fernanda Delgado, diretora executiva da

Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (Abihv), a produção de hidrogênio verde tem o potencial de reduzir significativamente as emissões de carbono em diversos setores industriais, como siderurgia, química e agricultura, ao substituir combustíveis fósseis em processos produtivos.

A executiva lembrou que o Brasil já assinou memorandos de entendimento (MOUs) para novos projetos, especialmente no Nordeste, e estima-se que o impacto dessa indústria no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até 2050 seja de R\$ 7 trilhões. "O hidrogênio verde é parte de um portfólio de soluções sustentáveis", disse.

O hidrogênio é a molécula mais abundante no universo, mas sua produção a partir da eletrólise da água utilizando energia totalmente renovável é uma inovação recente. "Esse processo, conhecido como produção de hidrogênio verde, separa o hidrogênio da água por meio de fontes como energia eólica, hidráulica e solar, o que faz do Brasil um local estratégico para esse desenvolvimento," destacou Fernanda.

CARROS. Há dois anos, a 99 adotou uma iniciativa voltada para a eletrificação no mercado de aplicativos, com a convicção de que esse é o futuro da indústria.

"Nossa crença se baseia em três pilares. O primeiro é o impacto social para os motoristas, que podem economizar até 80% nos custos de condução, resultando em uma economia mensal de até R\$ 3 mil. O segundo é o impacto ambiental, já que os carros elétricos reduzem significativamente a emissão de poluentes. E o terceiro é a governança, fundamental para estruturar essa transição", disse Thiago Hipolito, diretor sênior de Inovação na 99.

Em 2022, a 99 fundou a Aliança pela Mobilidade Sustentável.

"Ao perceber que a eletrificação é o caminho, também entendemos que sozinhos não alcançaríamos essa meta, pois a transformação exige a colaboração de vários setores.

Hoje, após dois anos e meio, a Aliança conta com 19 empresas de diferentes setores, todas empenhadas em coordenar esforços para massificar a produção e o

uso de carros elétricos no País", afirmou.

ALERTA. David Zylbersztajn, professor e coordenador do Instituto de Energia da PUC-Rio, trouxe uma estatística alarmante: pelo menos 20% da população brasileira ainda utiliza madeira para cozinhar. Segundo ele, essa prática, muitas vezes esquecida em discussões sobre energias renováveis e biocombustíveis avançados, reflete o atraso no uso da biomassa em muitas regiões. "Globalmente, a situação é ainda mais grave, sendo a terceira maior causa de morte entre mulheres e crianças a inalação de fumaça proveniente da queima de madeira para cozinhar. Estima-se que 4 milhões de pessoas morram todos os anos devido a complicações respiratórias causadas por essa prática", disse Zylbersztajn

Perspectiva R\$ 7 trilhões é o impacto projetado no Produto Interno Bruto (**PIB**) do País até 2050 pela indústria de hidrogênio verde

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Descarbonização pode gerar mais de 6 milhões de vagas

O Brasil está diante de uma oportunidade única. A necessidade de o mundo reduzir as emissões de carbono para segurar o aumento da temperatura global - que desencadeou uma transição das tecnologias energéticas baseadas em combustíveis fósseis para as renováveis - dá ao País a chance de criar 6,4 milhões de empregos (o equivalente a 14,6% das vagas com carteira assinada) e aumentar o **PIB** em US\$ 100 bilhões, ou 4,7% do valor atual.

Privilegiado por ter fontes de energia renovável, como água, vento e incidência solar, o Brasil é um dos países que teriam menos dificuldades para zerar suas emissões líquidas de carbono até 2050 (conforme se comprometeu no Acordo de Paris). Para zerar as emissões, um país tem de remover da atmosfera o mesmo volume de gás carbono que emite. Isso pode ser feito plantando árvores e restaurando pastagens, que absorvem gases, ou adotando tecnologias que capturam os gases e os armazenam no subsolo, por exemplo.

O País pode vender crédito de carbono - uma ferramenta criada para compensar a emissão de gases poluentes, pela qual quem emite muito pode comprar créditos de quem preserva ou recupera florestas. Pode exportar hidrogênio verde, a grande aposta do mundo para substituir o petróleo.

Produzido a partir da água, ele não gera gases e pode ser transformado em amônia (um gás incolor) para ser enviado a outros países em navios.

Pode aproveitar a expertise adquirida com o etanol e explorar matérias-primas como macaúba e soja para vender biocombustíveis no mercado internacional.

MERCADO DE CARBONO. O mercado de carbono é um sistema de compensação de emissões de gases de efeito estufa. Nele, empresas que não atingiram suas metas de redução de emissões podem adquirir créditos daqueles que cortaram suas emissões mais do que precisavam ou de terceiros que preservaram matas em regiões onde há pressão por desmatamento.

Empresas que reflorestam áreas degradadas também podem vender créditos, dado que as árvores que plantam retiram CO2 da atmosfera.

Por enquanto, o Brasil só tem um mercado de carbono voluntário, no qual créditos são vendidos para empresas honrarem compromissos climáticos que não estão sujeitos a obrigações legais de redução de emissões. A consultoria McKinsey calcula que a demanda voluntária por crédito de carbono deve crescer exponencialmente e esse mercado pular do patamar atual de US\$ 1 bilhão para US\$ 50 bilhões em 2030. O Brasil pode abocanhar até US\$ 15 bilhões desse total.

O mercado regulado brasileiro, em que empresas comercializarão créditos para atender a obrigações impostas por leis ou acordos, ainda depende da aprovação de um projeto cuja tramitação está travada no Congresso.

No exterior, a Nova Zelândia e a União Europeia estão na frente desse segmento.

Em todo o mundo Demanda voluntária por crédito de carbono deve crescer de US\$ 1 bi para US\$ 50 bi em 2030

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Sob efeito do clima, IGP-DI tem maior alta em mais de dois anos

Alessandra Saraiva Do Rio

O índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) subiu 1,03% em setembro, após avançar 0,12% em agosto, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi a maior desde março de 2022 (2,37%), destacou André Braz, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV) responsável pelo indicador.

Para ele, a taxa foi influenciada por "choque de oferta" de agrícolas, cuja produção e colheita estariam sendo prejudicadas por alterações climáticas. Como o fenômeno de clima errático está longe de término, no Brasil e no mundo, o técnico não descartou novos movimentos de agrícolas mais caros, o que pode levar a novo ciclo de altas na **inflação** dos Índices Gerais de Preços (IGPs), nos próximos meses.

O especialista comentou em setembro que foram observados alimentos mais caros, tanto no atacado, que representa 60% do IGP-DI; quanto no varejo (30% do índice).

No índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-DI), que representa setor atacadista, a variação de preços saltou de 0,11% para 1,20% de agosto para setembro. As cinco principais elevações, no atacado dentro do IGP-DI, foram originadas do setor agrícola: soja em grão (6,51%); bovinos (5,87%); carne bovina (6,67%), leite in natura (5,3 7%) e laranja (13,94%).

"O efeito das alterações climáticas afeta principalmente safras longas e pecuária" explicou Braz. No caso específico da pecuária, o especialista destacou que o clima afeta pasto e, com isso, prejudica alimentação de rebanhos.

E, no varejo, não foi diferente. Os preços do grupo alimentação saíram de queda de 1,03% para alta de 0,04% de agosto para setembro. Isso ajudou a puxar para cima o índice de Preços ao Consumidor (IPC) - que passou de -0,16% para 0,63%, no período.

Outro fator que impulsionou os preços no setor varejista foram os preços monitorados mais caros, acrescentou. A tarifa de eletricidade residencial ficou 7,04% mais cara, em setembro, principal influência para a alta no mês do IPC-DI.

Braz comentou que, indiretamente, a energia mais cara também tem a ver com alterações climáticas. Isso porque é a ausência de chuvas afeta a geração de hidrelétricas - e faz com que se recorra à geração térmica, mais onerosa.

Ao ser questionado se a taxa maior do IGP-DI pode ser usada como fator que ajude a explicar o novo ciclo de aperto monetário, com o Banco Central mais disposto a elevar taxa básica de juros (Selic) - que norteia juros de mercado-, Braz foi cauteloso. O técnico comentou que a estratégia de se elevar juros é para conter consumo interno e, assim, diminuir avanço de **inflação**, originada de demanda aquecida. "Existe sim uma **inflação** de demanda em curso" disse. "Mas o que temos [no IGP-DI de setembro] é um choque de oferta, ou seja, a produção foi afetada, não tem o produto." No entendimento dele, a autoridade monetária tem pouca ingerência para interferirem fenômenos assim.

Por isso, o especialista não descartou novo ciclo de elevações, nos IGPs. Braz comentou que os indicadores podem até não atingir 1% novamente. No entanto, afirmou que o movimento de preços no indicador atualmente aponta mais para variações positivas do que quedas.

A FGV informou também que o índice Nacional do Custo da Construção (INCC-DI) desacelerou de 0,70% para 0,58% de agosto para setembro. O IGP-DI acumula altas de 3,12% no ano e de 4,83% em 12 meses.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188007?page=16§ion=1>

Brasileiros lideram preocupação com finanças pessoais e rumos da economia

Alex Jorge Braga De São Paulo

Os consumidores brasileiros andam bastante preocupados com a economia, em um nível muito acima do registrado em outras nações analisadas pela pesquisa semestral "A Slow Recovery for Consumer", realizada pelo Boston Consulting Group (BCG).

O levantamento revela que cerca de 40% da população do país está apreensiva tanto com a realidade econômica nacional quanto com suas finanças pessoais. Em média, nos demais países participantes, 2% das pessoas estão aflitas com a situação econômica geral, e 16%, com suas próprias finanças.

Foi calculada a diferença entre as pessoas que estão preocupadas e as que não estão. Por isso, alguns índices são negativos, pois, nesse caso, os não preocupados superam os demais, casos de China e Índia, que pontuaram -59 e -42, respectivamente, na preocupação sobre a realidade econômica de seus países.

O estudo entrevistou 6 mil consumidores de Brasil, Índia, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e China.

Apesar de um nível muito díspar em comparação com outros países, a realidade brasileira não é tão preocupante, segundo Candice Mascarello, diretora-executiva e sócia do BCG. O Brasil se manteve estável na comparação com o segundo semestre de 2023, enquanto os outros países melhoraram. O levantamento ressalta que o brasileiro está otimista em relação ao futuro em termos de finanças e economia.

Candice explica que o conhecimento sobre os sentimentos da população acerca dos temas econômicos é importante para as empresas ajustarem as suas estratégias, pois "o fato de os consumidores se sentirem bem ou mal em relação à sua situação financeira pessoal desempenha um papel importante nos seus gastos".

"Ao reconhecerem o papel desempenhado pelos sentimentos das pessoas referente ao consumo e terem isso quantificado em dados, as organizações podem determinar como gerir a sua carteira de produtos e serviços", diz.

O rendimento financeiro também desempenha um papel na preocupação da população. Sobretudo nos três países emergentes - Brasil, China e Índia -, onde a desigualdade social é maior. Em geral, nesta situação, os consumidores da classe média e os "aspirantes" dessa camada social têm um sentimento menos positivo sobre sua situação.

A pesquisa também mostra que, majoritariamente, os consumidores brasileiros dizem que estão gastando mais e que planejam aumentar ainda mais os seus gastos em determinadas categorias. Isso ocorre por variadas razões, em especial pelo impacto da **inflação**.

Cerca de 26% da população brasileira atribuiu o aumento dos gastos à **inflação**, enquanto 19% dizem ter aumentado despesas de maneira deliberada. Não variaram os gastos 33%, ao passo que 22% os reduziram. Destacam-se o aumento de gastos com carro, cuidados com a pele, viagem de lazer, seguro e tecnologias móveis. Na contramão, as pessoas planejam economizar em serviços móveis, bebidas, luxo, lanches e jantares.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188007?page=16§ion=1>

Exterior pressiona e dólar sobe a R\$ 5,48

Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Eduardo Magossi São Paulo

Os efeitos da surpresa com os dados do mercado de trabalho americano, que foram conhecidos na sexta-feira, continuaram repercutindo nos mercados financeiros globais ontem e deram força à visão de que os juros nos EUA poderão cair de maneira mais lenta. Assim, os índices acionários em Nova York recuaram e os juros dos Treasuries subiram, o que também provocou, no mercado local, um movimento de valorização do dólar frente ao real.

Após os números do relatório "payroll" referentes a setembro terem surpreendido, por ampla margem, as expectativas de consenso, agentes voltaram a reavaliar a trajetória da política monetária americana no curto prazo. Se, antes do dado de sexta-feira, o mercado não cogitava a hipótese de o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) manter as taxas dos Fed funds inalteradas, dados do CME Group já passaram a apontar 13,7% de probabilidade de manutenção dos juros em novembro.

Nesse contexto, os rendimentos dos Treasuries voltaram a exibir alta firme e a taxa da T-note de dez anos encerrou o dia acima dos 4% pela primeira vez desde agosto - o retorno do título subiu de 3,962% para 4,033%.

A perspectiva de uma queda mais lenta dos juros também pressionou os índices de ações em Nova York. O Dow Jones recuou 0,94%; o S P 500 caiu 0,96%; e o Nasdaq cedeu 1,18%.

A piora observada no mercado acionário americano acabou também replicada no ambiente doméstico. O Ibovespa, que chegou a avançar 0,87% nas máximas do dia, devolveu boa parte dos ganhos e encerrou a sessão em alta de apenas 0,17%, aos 132.018 pontos.

Vale destacar que o petróleo subiu mais de 3% ontem, ainda em meio à tensão com o risco de o conflito entre Irã e Israel se intensificar.

"Há vários fatores influenciando, como o furacão Milton avançando, sendo o segundo furacão que passa pela Flórida. O que eu vejo é que esse patamar de preço de US\$ 70 a US\$ 85 por barril parece bem precificado", pontua Carlos Thadeu, economista de **inflação** e commodities da BGC Liquidez.

As ações ordinárias da Petrobras subiram 1,69% e

acabaram dando sustentação ao índice.

Outras petroleiras também subiram no pregão: Brava ganhou 2,39% e Prio avançou 1,61%.

No mercado de câmbio, o dólar acabou encerrando o dia em alta de 0,55%, cotado a R\$ 5,4853. O diretor de tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, lembra que a aversão a risco em função dos conflitos entre Israel e Irã fez preço no mercado na sessão. "Acho que [essa alta do petróleo] não ajuda o real, apesar de sermos exportadores líquidos. O que vai prevalecer nessas altas fortes é a aversão a risco. No médio e longo prazo pode ajudar, mas no curto prazo, acho que não", diz.

O mercado de juros domésticos, no entanto, conseguiu encerrar a sessão em queda. O movimento ocorreu na véspera da sabatina de Gabriel Galípolo, indicado à presidência do Banco Central, no Senado e antes da divulgação do IPCA de setembro, amanhã. A taxa do DI de janeiro de 2026 teve forte queda de 12,39% do ajuste anterior para 12,295% e a do DI de janeiro de 2027 cedeu de 12,43% a 12,33%.

Segundo o operador de uma grande instituição financeira local, a curva de juros "está muito premiada", o que deu espaço para o mercado aumentar ligeiramente a exposição antes dos eventos dos próximos dias.

"Com a precificação de ciclo [de alta da Selic] próximo de 2,5 pontos percentuais, IPCA na quarta e Focus sem piora, o mercado gosta de apostar numa assimetria de melhora nos DI's mesmo com o real e os Treasuries piores", nota um outro operador, fazendo menção ao desempenho do câmbio local e da curva de juros nos EUA, que abre diante da aposta em um ciclo de corte de juros do Fed mais contido.

0,17% foi avanço do Ibovespa, mesmo com petróleo em alta

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188007>

Mercado de trabalho no foco

O presidente da distrital do Federal Reserve (Fed) de Mineápolis, Neil Kashkari, disse ontem que a queda em novos aluguéis eleva a confiança de que a **inflação** de imóveis está recuando. Segundo ele, a balança de riscos está mudando da **inflação** alta para o mercado de trabalho resiliente. "Não vejo sinais da ressurgência da **inflação**", disse. Ele explicou ter apoiado o corte de 0,50 ponto percentual nos juros, na última reunião do Fed, porque a **inflação** caiu de forma surpreendente e o mercado de trabalho mostrou pequenos sinais de desaceleração. "Quando o mercado de trabalho ele começa a desacelerar, pode registrar uma forte queda - e não queremos que ele enfraqueça demais."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188007>

Fed levará juro a 3% não em 2025, mas em 2027, diz Clarida

Eduardo Magossi De São Paulo

Os juros americanos chegarão ao fim do atual ciclo de afrouxamento monetário apenas em 2027, quando a taxa deve atingir 3% ao ano. A avaliação, mais conservadora que a do restante do mercado, é de Richard Clarida, ex-vice-presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), atualmente consultor econômico global da gestora Pimco.

Em entrevista ao Valor, Clarida afirma que os investidores estão contando que o Fed vai cortar os juros mais rapidamente do que deve acontecer de fato. "O mercado está precificando um juro de 3% no fim de 2025, mas acreditamos que isso só acontecerá em 2027, quando a **inflação** atingir a meta de 2%", diz.

Para o consultor, a **inflação** está em queda nos Estados Unidos, mas a desaceleração será mais lenta que o previsto. "A **inflação** ainda estará ligeiramente acima da meta em 2025 e 2026. Não muito, mas estará", diz. "E o Fed não irá reduzir os juros de uma vez para 3%, enquanto a **inflação** não estiver na meta", pondera.

Clarida aposta que o mercado de trabalho mais forte nos Estados Unidos - confirmado nos dados do relatório do "payroll" de setembro, divulgado na última sexta-feira - fará o Fed cortar as taxas juros em 0,25 ponto percentual em novembro, desacelerando em relação ao corte de 0,50 ponto percentual feito no mês passado. Para ele, a possibilidade de o banco central não reduzir os juros em novembro por causa da força do mercado de trabalho é remota. "Os membros do Comitê Federal de Mercado Aberto [Fomc] gostaram do "payroll" forte e se sentiram aliviados porque temiam dados mais fracos", diz.

Com dois cortes de 0,25 ponto - um em novembro e outro em dezembro -, o Fed terminará o ano com os Fed funds em linha com a projeção do Sumário de Projeções Econômicas (SEP), de 4,3% para o fim de 2024.

Clarida diz não acreditar que o Fed errou ao cortar 0,50 ponto em setembro. "Foi uma decisão difícil. Por pouco. Se você analisar os "dots" [as projeções individuais das autoridades sobre os rumos da taxa básica de juros do Fed] dos membros do Fomc, dos 19 participantes, nove estavam confortáveis com 0,25

ponto de corte; outros nove estavam bem com um corte de 0,50 ponto. Mas das 19 pessoas que fazem projeções, é meio incomum, mas apenas 12 membros são votantes." Entre os votantes, houve apenas uma dissidência, da diretora Michelle Bowman - a primeira vez que isso ocorre no Fed em 19 anos.

Se a economia mais resiliente prescreve cortes nos juros em um ritmo mais lento, ela também pode se mostrar inflacionária, diz. "Na economia, tudo gira em torno da oferta e da demanda.

Se a demanda seguir forte e a oferta não acompanhar o ritmo, teremos um repique da **inflação**.

Mas até o momento isso não aconteceu", avalia.

O ex-Fed destaca que a produtividade dos EUA permanece elevada, com a produtividade média de cinco anos girando em torno de 2%, um crescimento expressivo em relação ao registrado antes da pandemia. Ele também ressalta a importância da oferta elevada de trabalhadores, vinda principalmente de imigração não documentada. "Não sabemos por quanto tempo isso vai continuar, mas no momento não está impulsionando a **inflação**." Na visão do consultor, é muito cedo para dizer se uma potencial vitória do republicano Donald Trump nas eleições presidenciais americanas seria inflacionária, como vê uma parte do mercado. "No primeiro governo Trump, a expectativa era que a **inflação** subisse, mas ela caiu. E a economia vai ser direcionada não apenas por quem ganhar a Casa Branca, mas por quem levar o Congresso também." Para Clarida, a possibilidade de um "sweep" [vitória dominante de um partido no Congresso] republicano ou democrata poderia levar à aprovação de mais estímulos fiscais do que se espera atualmente, o que pressionaria a **inflação**. No caso de Trump, "há cenários que projetam uma alta da **inflação** baseada na implementação de tarifas".

O importante, segundo o consultor, é que a mensagem que o Fed está passando é que não está se preocupando neste momento com o governo que irá administrar os EUA a partir de 2025. "O banco central está preocupado em cortar os juros em 2024", diz.

Ele lembra que a eleição presidencial ocorre em 5 de novembro, um dia antes do início da reunião do Fomc, em 6 de novembro, com a decisão de juros sendo

anunciada no dia 7.

"Tradicionalmente, a reunião do Fed ocorre às terças e quartas, mas por conta da eleição, será excepcionalmente na quarta e quinta-feira.

Pode ser que todo mundo esteja preocupado com o resultado das eleições e não ligue muito para a decisão do Fed", afirma.

O gestor não se mostra muito animado com as medidas de estímulo da China recém-divulgadas.

Para ele, as iniciativas não são suficientes para gerar uma dinâmica realmente robusta para impulsionar a economia chinesa.

"São medidas defensivas feitas para evitar que a economia chinesa desacelere mais", afirma.

Sobre o recente agravamento das tensões geopolíticas, Clarida diz que está surpreso por não terem, até agora, um impacto maior na economia ou nos mercados.

"Da perspectiva de investimento, nossa estratégia não é deixar de investir em mercados afetados por tensões geopolíticas, mas ter estratégias robustas para enfrentar os problemas", afirma.

"Pelo fato de o dólar ser uma moeda global e os Treasuries [títulos do Tesouro americano] serem ativos de reserva global, historicamente, tensões geopolíticas fortalecem o dólar e reduzem os rendimentos dos Treasuries.

Isto faz com que enfatizemos uma estratégia focada em rendimento e "valuation". O cenário é propício para renda fixa "high grade" [papéis de baixo risco]."

-

Gestora vê desafios na trajetória da dívida

O chefe da área de gestão de portfólio de mercados emergentes da Pimco, Pramol Dhawan, avalia que a recente elevação do rating soberano do Brasil pela agência de classificação de risco Moody's chegou em um período de desafios para o país.

"Embora reconheçamos as reformas significativas que o Brasil implementou nos últimos anos, incluindo mudanças na previdência, em leis trabalhistas e sistemas fiscais, a elevação do rating da Moody's vem em um momento desafiador", disse, em comentários enviados ao Valor por e-mail.

No início do mês a Moody's elevou o rating soberano

do Brasil de "Ba2" para "Ba1", deixando o país apenas um nível abaixo do grau de investimento.

Para Dhawan, muitas das preocupações do Brasil estão centradas em torno de política fiscal, especialmente considerando que o governo está enfrentando um déficit nominal perto de 10% do **PIB** (acumulado em 12 meses até agosto). "Este déficit substancial, combinado com juros reais acima de 8%, cria desafios para a sustentabilidade da dívida fiscal do país", afirmou.

O gestor disse, contudo, que se o Brasil voltar aos trilhos e gradualmente registrar superávit primário, o país terá condições favoráveis para crescimento econômico sustentável com **inflação** e juros baixos.

"Continuamos otimistas de que o governo irá tomar as decisões necessárias para estabilizar a política fiscal, permitindo que o país se beneficie totalmente das reformas realizadas e que já foram aprovadas", afirmou.

"No primeiro governo Trump, a expectativa era que a **inflação** subisse, mas ela caiu" Richard Clarida

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188007>

Eleições no Brasil rendem R\$187 milhões em apostas - CLÁUDIO HUMBERTO

CLÁUDIO HUMBERTO

Duas eleições municipais no Brasil, São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS) movimentaram, até agora, US\$34,1 (R\$187) milhões na plataforma estrangeira Polymarket, que abriga apostas de qualquer tipo; esportivas, eleitorais etc., com criptomoedas. A disputa pela prefeitura paulista gerou o maior interesse com a sensação do primeiro turno Pablo Marçal: US\$33,8 (R\$185,5) milhões foram apostados. A corrida de Porto Alegre movimentou outros US\$361 mil (R\$2 milhões) em um mês e meio.

Pós-Marçal A chance do prefeito Ricardo Nunes (MDB) ser reeleito disparou: 84,5%, prevê o Polymarket. A probabilidade de Boulos (Psol) vencer é de 14%.

Improbabilíssimo Após a derrota de Marçal, US\$14 milhões das apostas caíram para o cenário "outro", que tem menos de 1% de chance, pois nada é 100%.

Metodologia A Polymarket calcula chances de vitória dos candidatos segundo o volume de apostas que cada um recebe. Nunes lidera desde setembro.

PoA O prefeito Sebastião Melo (MDB) tem 95,5% de chances de ser reeleito, prevê o Polymarket. Maria do Rosário (PT) tem só 4,5% de chances.

De novo, Paraná pesquisas supera Datafolha cia O Paraná Pesquisas voltou a se destacar pelos acertos no primeiro turno das eleições. Em São Paulo, por exemplo, Datafolha e Quaest levaram a esquerda à euforia e os demais ao desânimo cravando a dois dias da eleição que o extremista Guilherme Boulos (Psol) seria o mais votado, com 29%. Outros três garantiram que Pablo Marçal (PRTB) chegaria à frente. Só o Paraná Pesquisas cravou Ricardo Nunes (MDB) a poucos décimos de Boulos e Marçal em 3º, embolados. Foi o que aconteceu.

Único a acertar Só Paraná Pesquisas acertou a ordem de chegada dos três, no dia 6, com Nunes em primeiro com 26,8%, Boulos 26% e Marçal 24,2%.

Novo mico Quaest seguiu o oba-oba do Datafolha com 29% para Boulos. Datafolha garantia empate de Marçal e Nunes e o Quaest dava Marçal em terceiro.

Marçal líder" Com fantasiosos 32%, Marçal era "líder" nos institutos Futura, Real Time Big Data e Verita, que cravaram Nunes "fora", assim como a Atlas Intel.

J F perde mais uma Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ordenou que a J F dos irmãos Batista pague o que deve em dividendos aos acionistas da Eldorado Celulose, reconhecendo direitos da Paper Excellence, dona de 49,4% da empresa. A dupla terá de pagar mais de meio bilhão de reais.

Derrocada tucana Parece não ter fundo o buraco em que se meteu o PSDB paulistano. Não haverá tucanos na Câmara Municipal em 2025. É a primeira vez que o partido fica sem vereadores em São Paulo desde sua fundação em 1988.

Desconforto Já provoca constrangimentos na Esplanada o tamanho do PSB do vice Geraldo Alckmin, que tomou o lugar do PT como o principal partido de esquerda no País. Foram eleitos 312 prefeitos do PSB e só 253 petistas.

Esquerda na área Entre todas das prefeituras (253) vencidas pelo PT na eleição do último domingo, 20% estão na Bahia (50), o segundo estado mais violento do Brasil, segundo o Atlas da Violência do Ipea.

Contrastes O PL elegeu o maior número de prefeitos em Santa Catarina: 90, enquanto o PT levou sete. No Piauí, melhor resultado do PT em 2024, o partido é o terceiro maior com 50 prefeituras. O PL não venceu no Piauí.

Prateleiras Enquanto Pablo Marçal "bateu na trave" do 2º turno no mais importante município brasileiro, São Paulo, o seu PRTB elegeu apenas um prefeito em todo o País: Gino da Saúde, em Nova Brasilândia D'Oeste (RO).

Inflação em ascensão O Boletim Focus foi atropelado pelo noticiário eleitoral, mas trouxe dados importantes sobre a economia. O mercado financeiro aumentou a expectativa para **inflação** este ano, que já está em 4,38%.

Me erra Bem avaliado prefeito do Recife, João Campos (PSB) jogou água fria na campanha de Guilherme Boulos (Psol) que esperava apoio do

socialista na campanha de São Paulo. Campos disse que o foco será Pernambuco.

Pensando bem...

...se chamar de "instituto de apostas", tudo bem.

Beijos paraibanos A festa era em homenagem às bodas de ouro de Severino Teixeira, líder político de Areia (PB). O lendário José Américo compareceu, aos 92 anos, e ficou assistindo outro convidado ilustre João Agripino, entornar todas. A certa altura, Agripino fez um emocionado discurso e até beijou o Teixeira. D. Lurdinha, secretária de José Américo, se voltou ao chefe: "O sr. está se sentido bem?", perguntou. "Melhor do que o João Agripino, que já está beijando homem e eu ainda não beijei nem mulher..."

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=135522>